

# MLog S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais em 31 de março de 2026

Ref.: Relatório nº 265FQ-046-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	30
Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2026	32
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2026	39

# RELATÓRIO DE DESEMPENHO

1T 2026



**M LOG**

# Indicadores Relevantes 1T 2026



## MLOG CONSOLIDADO



**R\$ 45.455**

milhares de reais

Receita Líquida



**R\$ 5.379**

milhares de reais

EBITDA



**R\$ 7.187**

milhares de reais

EBITDA Ajustado

## COLUMBUS OFFSHORE (ex-ABN)



**56,7%**

Operacionalidade



**3 AHTS**

**1 OSRV**



**R\$ 663.596**

milhares de reais

Backlog de contratos

## CIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA (CNA)



**12 EMPURRADORES**

**20 BALSAS**



**R\$ 6.457**

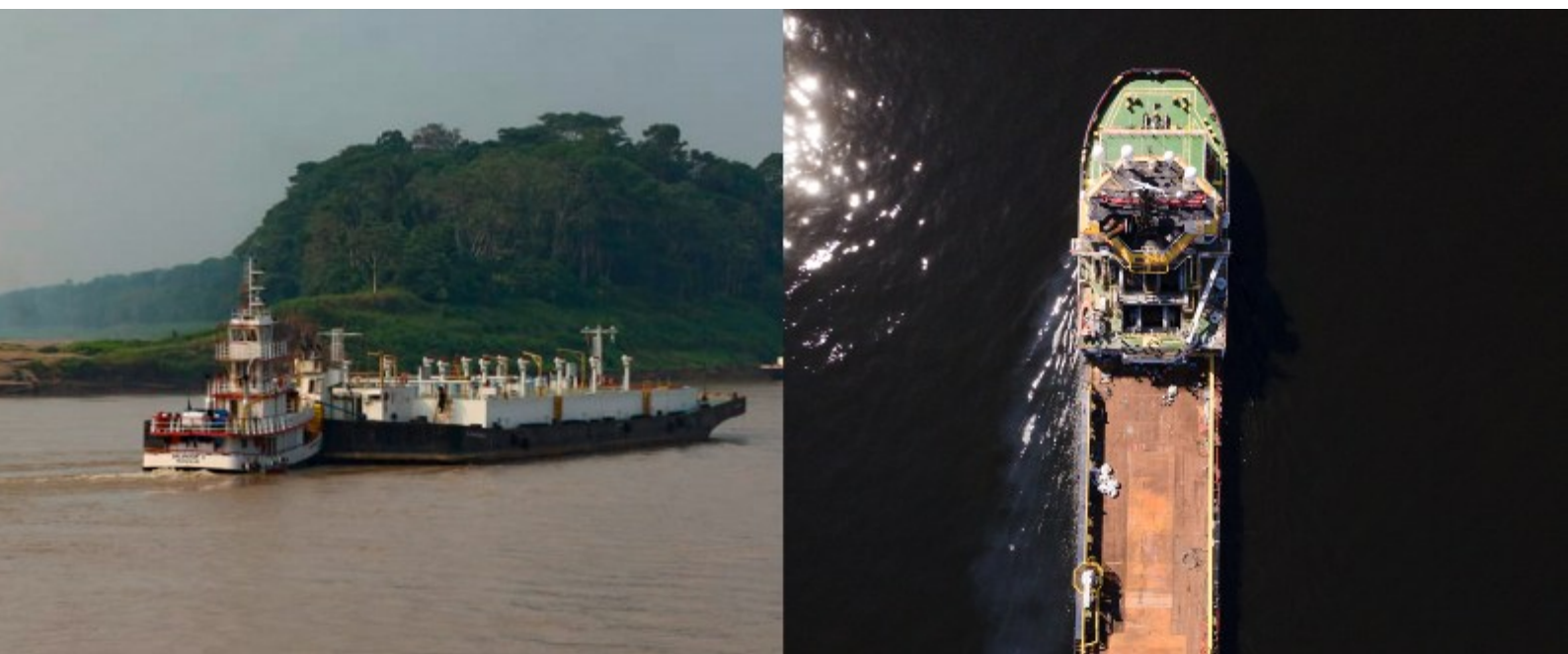
milhares de reais  
AFRMM gerado



**194 mil m<sup>3</sup>**

Volume  
transportado

**Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.** A Administração da MLog S.A. (“MLog” ou “Companhia”), em conjunto com suas subsidiárias diretas ou indiretas Morro do Pilar (“MOPI”, Projeto de Minério de Ferro), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Columbus Offshore (Companhia de Navegação de Apoio Marítimo, ex -ABN), Companhia de Navegação da Amazônia (“CNA”, Companhia de Navegação Fluvial) e NSN – Nova Sociedade de Navegação (“Columbus Shipping”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhados do Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de Informações Trimestrais, todos referentes ao primeiro trimestre de 2026, encerrado em 31 de março de 2026. Todos os valores mencionados neste relatório, referentes às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, são apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.





Ao longo do primeiro trimestre de 2026, a controlada integral CNA (navegação interior) manteve o foco na implementação das ações que visam alavancar a rentabilidade no curto e médio prazos. Nesse contexto, continuaram os investimentos em modernização da frota, com a utilização dos recursos do AFRMM. A construção da balsa petroleira, com capacidade de 4.300 m<sup>3</sup>, encontra-se avançada, com 91% de obra concluída. A previsão é de que a nova balsa seja incorporada à frota operacional da CNA em junho deste ano. As quatro balsas graneleiras (as primeiras da frota de transporte a granel da empresa) estão com 40% a 80% do percentual de obra executados. Ressalta-se que as novas embarcações já deveriam ter sido entregues à CNA, mas ocorreram atrasos por parte do estaleiro contratado.

Na navegação de apoio marítimo offshore, conforme informado no relatório do exercício de 2025, duas das embarcações da controlada Columbus Offshore apresentaram intercorrências mecânicas: o AHTS Geonísio Barroso está inoperante desde 21 de dezembro de 2025 e o AHTS Yvan Barretto está fora de operação desde 30 de janeiro de 2026. Os reparos e as substituições de peças estão sendo efetivados. Entretanto, o fato de parte significativa das peças de reposição ser importada tem atrasado a volta à operação dessas embarcações. Estamos trabalhando intensamente para que as embarcações retomem a operação em meados de junho de 2026.

Ressalta-se ainda que as operações estão cobertas por seguros que contemplam tanto o reembolso de despesas com manutenção e substituição de peças, quanto a cobertura por lucros cessantes. Parte do reembolso de lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso foi recebida em março de 2026, correspondendo ao montante de R\$5,5 milhões. Estamos aguardando o recebimento da diferença da receita de lucros cessantes dessa embarcação, além do montante relativo ao Yvan Barretto, bem como os reembolsos referentes aos gastos com serviços e peças. Para maio, está previsto o recebimento de aproximadamente R\$ 6,5 milhões em reembolsos, que englobam tanto lucros cessantes quanto parcela de adiantamento dos custos comprovados com a manutenção das embarcações.

É importante destacar que, em decorrência dos recentes eventos de inoperância das duas embarcações, foi necessário intensificar a adoção de medidas voltadas à preservação da liquidez no curto prazo. Nesse contexto, alienamos o terreno de Linhares/ES, que resultou na entrada de caixa de R\$18 milhões em março de 2026. A decisão de venda baseou-se no fato de que a construção de um porto próprio deixou de ser condição necessária para o projeto de mineração em razão da disponibilidade de capacidade de escoamento em portos de terceiros. As ações de preservação de liquidez incluem ainda a suspensão temporária do pagamento de dívidas, bem como as negociações em andamento com credores para adequação dos passivos, além do fortalecimento das medidas de austeridade.

Por fim, ressaltamos que, em março de 2026, foi concluída a transação de aquisição da participação remanescente na Asgaard Bourbon Navegação, agora denominada Columbus Offshore, passando a deter o controle unificado da empresa de navegação de apoio marítimo offshore. O movimento realizado permite a plena integração da Columbus Offshore ao portfólio de navegação, possibilitando maior sinergia entre os ativos, fortalecendo a estratégia de crescimento do Grupo MLog.



# Destaques 1T 2026

## Navegação

### Offshore

A taxa de operacionalidade da frota atingiu 56,7% no primeiro trimestre de 2026, versus 86,1% no 4T25 e 98,1% no mesmo período de 2025, afetada pelas intercorrências mecânicas nos AHTS Geoniso Barroso e Yvan Barretto, que resultaram nas inoperâncias dessas embarcações a partir de 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. As demais embarcações, o AHTS Haroldo Ramos e OSRV Asgaard Sophia, performaram com elevado índice de operacionalidade no período, alcançando uma taxa média de 96,7%.

A receita líquida dessa atividade totalizou R\$ 30,6 milhões no 1T26, queda de 29,3% ano contra ano, negativamente impactada pela menor operacionalidade no período. A maior taxa diária média diluiu parcialmente o impacto negativo da queda da taxa de operacionalidade. A comparação com o quarto trimestre de 2025 evidencia queda de 38,3%.

Vale ressaltar o recebimento de parte do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geoniso Barroso, no montante R\$ 5,5 milhões.

### Interior

O volume transportado no 1T26 totalizou 194 mil m<sup>3</sup>, queda de 19,2% ano contra ano e 15,4% inferior ao 4T25. O menor volume foi consequência da redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parcela de sua carga diretamente no navio, bem como a atuação mais tímida no mercado spot em função do redimensionamento da frota, com a devolução, em 2025, das balsas afretadas.

A receita líquida no 1T26 alcançou R\$15,2 milhões, leve queda de 1,3% ano/ano. Vale ressaltar que a performance no 1T25 incluía a receita de serviços de bunkering, atividade encerrada no primeiro semestre de 2025. Excluindo a atividade de bunkering, a receita dos serviços de transporte teria sido 12,6% superior ano/ano. A maior tarifa média e a receita dos contratos com cláusulas de “take or pay” contribuíram positivamente para a performance do segmento de transporte.

## Mineração

Ao longo do 1T26, a Companhia seguiu implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento do Projeto MOPI (LI), ainda pré-operacional, que visa uma produção anual de 25 milhões de toneladas de pellet feed com alto teor de ferro (em torno de 68,5%), insumo estratégico para a sustentabilidade da siderurgia mundial.

# Contexto Organizacional



## **CRIAÇÃO DA COLUMBUS SHIPPING E DA SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO (SCP)**

Como parte dos esforços de estruturação das atividades de Navegação e Mineração de forma segregada, no segundo semestre de 2022, foi criada a subsidiária integral Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN”), companhia registrada na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria B, que passou a concentrar todos os ativos, passivos e negócios relacionados à Navegação. A Administração da Companhia, suportada por assessores externos, elegeu Columbus Shipping (“Columbus Shipping”) como o nome fantasia para a NSN, em 15 de maio de 2023.

Devido a existência de ativos e passivos que ainda necessitam de anuências por parte de credores para sua transferência, foi criada, em 02 de janeiro de 2023, uma SCP-Sociedade em Conta de Participação, com a MLog sendo a sócia ostensiva e a Columbus Shipping como sócia participante. Essa SCP permite que sejam visualizados os ativos e passivos na Columbus Shipping, sem que haja a transferência efetiva destes, dado que estão em processo de obtenção de anuências por parte de credores para concretização da transferência.

A criação da SCP seguiu a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nos artigos 991 a 996 e, na ausência de normativos contábeis específicos para esta classificação de entidade jurídica, a Companhia observou amplamente a Lei das S.A. (Lei nº 6.404/1976), uma vez que a SCP é detida por duas Companhias abertas (MLog e Columbus Shipping) e realizou registros contábeis em linha com as normas contábeis vigentes para sociedades de capital aberto. A nova organização possibilitará à Companhia otimizar a gestão de sua estrutura de capital, incluindo acesso a linhas de financiamento e, eventualmente, de capital.

Na ausência de norma contábil específica para as Sociedades em Conta de Participação, a Administração exerceu seu julgamento de como melhor demonstrar a SCP nos registros da Columbus Shipping e, na impossibilidade de registro de equivalência patrimonial, optou por registrar como investimento a custo de contribuição de capital; sendo os números da SCP demonstrados em Nota Explicativa às Informações contábeis intermediárias da MLog como sócia ostensiva e da Columbus Shipping como sócia participante.

Vale ressaltar que a Administração da Companhia solicitou algumas anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, até o momento, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes. Todavia, até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a controlada NSN possui somente uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos próprios; que, por sua vez, está afretada a Columbus Offshore.

# COLUMBUS OFFSHORE

**1T** NAVEGAÇÃO  
**2026** OFFSHORE (\*)



*\* Columbus Offshore é a nova denominação social da Asgaard Bourbon Navegação.*

# Destaques operacionais

**A navegação offshore compreende atualmente quatro embarcações contratadas à Petrobras, sendo três AHTS e um OSRV, todas de propriedade do Grupo.**

## OPERACIONALIDADE

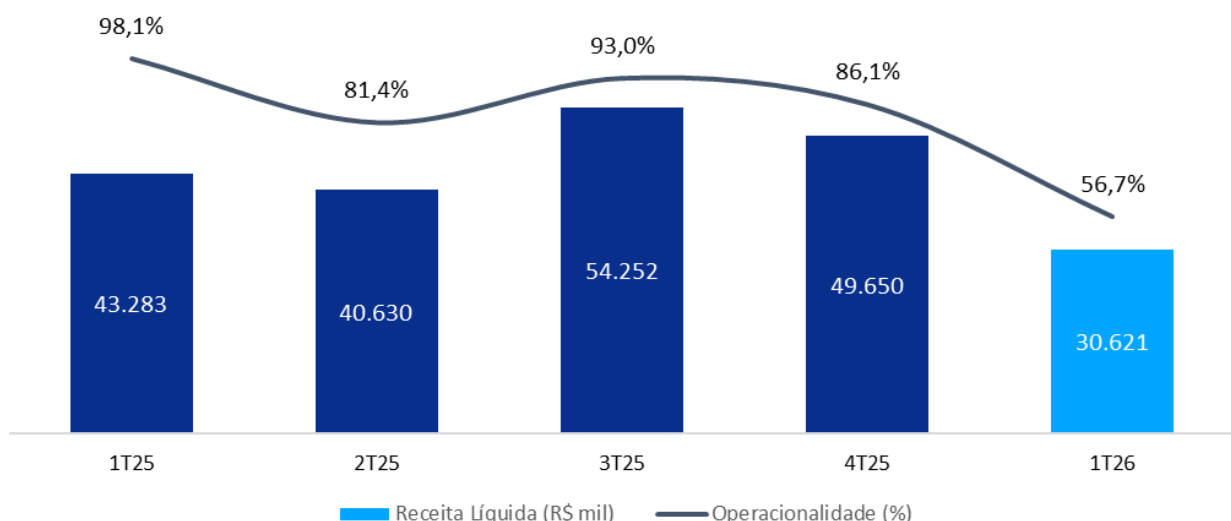
A taxa de operacionalidade da frota atingiu 56,7% no primeiro trimestre de 2026, versus 86,1% no 4T25 e 98,1% no mesmo período de 2025. A operacionalidade no 1T26 foi afetada pelas intercorrências mecânicas nos AHTS Geoniso Barroso e Yvan Barretto, que resultaram nas inoperâncias dessas embarcações a partir de 21 de dezembro de 2025 e 30 de janeiro de 2026, respectivamente. Até o final do primeiro trimestre, as duas embarcações ainda se encontravam em *downtime*, passando por intervenções de reparo e substituição de componentes, em sua maioria importados. As demais embarcações da operadora offshore, o AHTS Haroldo Ramos e OSRV Asgaard Sophia, performaram com elevado índice de operacionalidade no período, alcançando uma taxa média de 96,7%.

## RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da atividade de apoio marítimo offshore totalizou R\$ 30,6 milhões no primeiro trimestre de 2026, queda de 29,3% ano contra ano, negativamente impactada pela menor operacionalidade no período. A maior taxa diária média diluiu parcialmente o impacto negativo da queda da taxa de operacionalidade. A comparação com o quarto trimestre de 2025 evidencia queda de 38,3%.

Todavia, vale ressaltar o recebimento de parte do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geoniso Barroso no montante R\$ 5,5 milhões, contabilizado como outras receitas operacionais. A parcela referente ao lucros cessantes da embarcação Yvan Barreto ainda não foi recebida.

## Operacionalidade e Receita Líquida



<sup>1</sup> Cálculo da Operacionalidade não leva em conta parada para docagem nem readequação da embarcação para novos contratos.

### BACKLOG ATUAL DE CONTRATOS

O backlog representa o saldo de dias remanescentes de contrato valorados pelas diárias acordadas para cada embarcação. Ressalta-se que esse valor é estimado, uma vez que, sua realização, depende diretamente da performance operacional das embarcações, bem como das taxas de câmbio futuras.

A operação de navegação de apoio marítimo offshore fechou o primeiro trimestre de 2026 com um *backlog* de R\$ 663,6 milhões, com perspectiva de realização dessa carteira em torno de três anos.

Destaca-se que das quatro embarcações de apoio marítimo offshore, três iniciaram novos contratos no biênio 2024/2025, que seguiram os mesmos escopos dos anteriores, mas com diárias reajustadas em patamares superiores. A totalidade dos contratos da operação offshore em andamento foram celebrados com a Petrobras.

### Backlog atual de contratos - Offshore

Embarcação	Tipo Embarcação	Início do Contrato <sup>1</sup>	Término do Contrato Firme <sup>2</sup>	Backlog (R\$ 000) <sup>3</sup>
Haroldo Ramos	AHTS	set-23	set-27	101.984
Asgaard Sophia	OSRV	dez-24	jan-29	148.405
Geonísio Barroso	AHTS	abr-25	mai-29	206.514
Yvan Barretto	AHTS	mai-25	mai-29	206.693
			<b>Total</b>	<b>663.596</b>

1- Foi considerado como início dos contratos a data efetiva de seu início, quando já realizada, ou estimada, quando futura.

2- O período firme de contrato equivale ao prazo mínimo garantido. Nossos contratos incluem períodos adicionais de renovação em caso de acordo mútuo entre as partes, não considerados no Backlog, exceto quando formalmente solicitados pelo Cliente.

3- O valor do backlog considera a taxa de câmbio de venda de fechamento em 31 março de 2026, de R\$5,2194, para conversão dos valores em US\$ para R\$.

### PRINCIPAIS TIPOS DE EMBARCAÇÕES OFFSHORE

- *Platform Supply Vessel (PSV)*, embarcações capazes de transportar cargas líquidas e sólidas entre a costa e as plataformas e vice-versa.
- *ROV Supply Vessel (RSV)*, embarcações especializadas ou preparadas para operação de um ou mais ROV (*Remote Operate Vehicle*).
- *Multi-purpose Platform Supply Vessel (MPSV)*, embarcações multipropósito, capazes de transportar cargas líquidas e sólidas, capacidade de acomodação de pessoal acima dos PSVs, além da capacidade de outras operações, incluindo ROVs.
- *Anchor Handling Tug Supply (AHTS)*, embarcações capazes de ancorar e rebocar plataformas, guindastes e outras embarcações.
- *Oil Spill Response Vessel (OSRV)*, embarcações que contam com equipamentos de combate a incêndio e recolhimento de óleo no mar.
- *Well Stimulation Supply Vessel (WSSV)*, embarcações cujos equipamentos são capazes de intervir e estimular poços de petróleo, visando a melhora da recuperação de óleo.
- *Dive Support Vessel (DSV)*, embarcações equipadas para atividades que envolvam mergulhadores.
- *Construction Support Vessel (CSV)*, embarcações equipadas para atividades de construção e instalação submarinas, geralmente incluindo utilização de ROV e de mergulhadores.

### OVERVIEW REGULATÓRIO DO MERCADO BRASILEIRO

- **Empresa Brasileira de Navegação (EBN)** é uma entidade autorizada pelos órgãos reguladores (ANTAQ) a operar em atividades de navegação no Brasil. Para ser uma EBN, a empresa precisa ser brasileira (mesmo que seu capital seja detido por estrangeiros) e possuir ao menos uma embarcação de bandeira brasileira operando regularmente.
- **Registro Especial Brasileiro (REB)** é um regime exclusivo a embarcações de bandeira brasileira, operadas por empresas brasileiras de navegação. Podem ser registradas no REB, embarcações construídas no Brasil, importadas (com devido pagamento dos impostos) ou estrangeiras, com suspensão temporária da bandeira original. Neste último caso, o registro depende da disponibilidade de tonelagem de embarcações brasileiras pela EBN operadora (Artigo 10 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997).

#### Principais tipos de Afretamento

- Afretamento a casco nu (ou **bareboat**): afretador tem a posse, o uso e o controle da embarcação;
- Afretamento por tempo (ou **time charter**): afretador recebe a embarcação armada e tripulada, ou parte dela, para operá-la.





# COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA

CNA: NAVEGAÇÃO  
INTERIOR E  
CABOTAGEM

**1T**  
2026

# Destaques operacionais

A CNA possui uma frota de 20 balsas e 12 empurradores.



## Volume Transportado

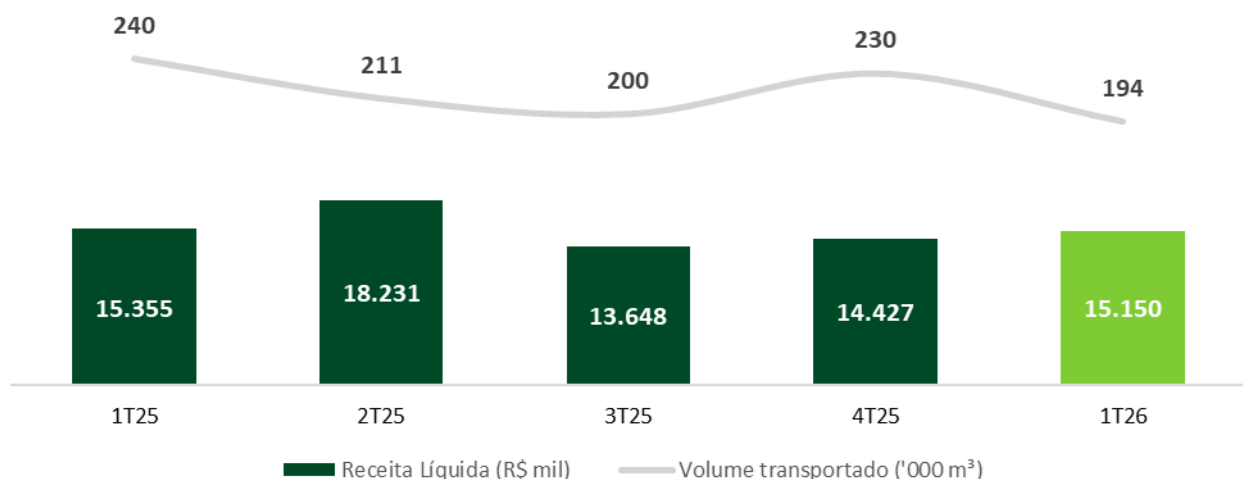
O volume transportado no 1T26 totalizou 194 mil m<sup>3</sup>, queda de 19,2% ano contra ano e 15,4% inferior ao 4T25. O menor volume foi consequência da redução da demanda por transporte por parte de um cliente cativo, que reestruturou sua estratégia operacional, passando a carregar parcela de sua carga diretamente no navio. A queda na comparação anual reflete ainda o redimensionamento da frota, com a devolução das balsas afretadas de terceiros no 2T25, o que resultou na menor presença no mercado spot.

## Receita Líquida<sup>1</sup>

A receita líquida no 1T26 alcançou R\$15,2 milhões, correspondendo a uma leve queda de 1,3% na comparação anual. Entretanto, vale ressaltar que a performance no 1T25 incluía a receita de serviços de bunkering, atividade essa que foi encerrada no primeiro semestre de 2025. Sendo assim, excluindo a atividade de bunkering, a receita advinda dos serviços de transporte teria representado um crescimento de 12,6% ano contra ano. A maior tarifa média e a receita advinda dos contratos com cláusulas de “take or pay” contribuíram positivamente para o aumento da receita do segmento de transporte, mesmo com um volume transportado inferior.

Na comparação trimestral, a receita total apresentou crescimento de 5%, refletindo o aumento da tarifa média e a prestação de serviço spot.

## Volume Transportado e Receita Líquida



<sup>1</sup> Receita gerencial líquida considerando efeito de corte contábil e eliminando valores recebidos intercompany.

### ADICIONAL DE FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE (“AFRMM”)

Parte importante do resultado da CNA é o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”), regulado principalmente pela Lei nº 10.893 de 2004, alterada pela Lei nº 14.301 de 2022. O AFRMM é um tributo federal incidente sobre o frete marítimo que tem como objetivo o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, e constitui fonte básica do Fundo da Marinha Mercante (“FMM”).

As alíquotas do AFRMM variam de acordo com o tipo de produto, transporte e região de origem ou destino. Na atividade de transporte fluvial de granéis líquidos na região Norte, a alíquota incidente de AFRMM é de 40% sobre o preço do frete. O adicional de frete gerado pelos serviços prestados pela CNA é posteriormente creditado em uma conta vinculada da empresa junto ao Banco do Brasil.

A Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022 (BR do Mar) estabeleceu um novo marco regulatório para a cabotagem no Brasil com diferentes inovações e alternativas de atuação dentro do setor de navegação. Algumas das mais relevantes alterações da BR do Mar estão relacionadas aos procedimentos e regras para utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM.



Por um lado, tornaram-se mais restritas as possibilidades de utilização de recursos financeiros do AFRMM em aquisições ou construções de embarcações, sendo que os créditos poderão ser utilizados para aquisições ou construções de embarcações do mesmo tipo de navegação que originou os recursos financeiros de AFRMM depositados na conta vinculada da Empresa Brasileira de Navegação (“EBN”).

Mas por outro lado, a Lei da Cabotagem passa a permitir novas possibilidades de utilização dos recursos do AFRMM, como (i) serviços de manutenção e revisão por empresas especializadas, possibilidade que antes era restrita a estaleiros; (ii) reembolsos anuais dos valores relativos a seguros e resseguros contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas; (iii) pagamento de afretamentos, dentre outros.

Assim sendo, das possibilidades disponíveis para que a CNA se utilize dos recursos arrecadados pelo AFRMM, elencamos as seguintes:

- i) para construção ou aquisição de embarcações novas, produzidas em estaleiros brasileiros;
- ii) para jumborização, conversão, modernização, docagem, manutenção, revisão e reparação de embarcação própria ou afretada, inclusive para aquisição e/ou instalação de equipamentos, nacionais ou importados, quando realizada por estaleiro ou empresa especializada brasileira, sendo responsabilidade da empresa proprietária ou afretadora adquirir e contratar os serviços;
- iii) para pagamento do valor total do afretamento de embarcações utilizadas, desde que tal embarcação seja de propriedade de uma empresa brasileira de investimento na navegação e tenha sido construída no País;
- iv) para manutenção, em todas as suas categorias, realizada por estaleiro brasileiro, por empresa especializada ou pela empresa proprietária ou afretadora, em embarcação própria ou afretada;
- v) para garantia à construção de embarcação em estaleiro brasileiro; e
- vi) para reembolso anual dos valores pagos a título de prêmio e encargos de seguro e resseguro contratados para cobertura de cascos e máquinas de embarcações próprias ou afretadas.

Os procedimentos para utilização dos recursos para os itens (i), (ii), (iv) e (vi) estão operacionais por parte do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, agente financeiro responsável por autorizar a movimentação de contas vinculadas. Vale ressaltar que o item (vi) foi recentemente regulamentado, representando assim um novo canal de possibilidade de utilização dos recursos arrecadados pelo AFRMM. A Companhia aguarda a regulamentação dos demais itens para então avaliar o impacto total trazido pela Lei nº 14.301 tanto no que se constituiu como restrição — especialmente a impossibilidade de utilização dos créditos por coligadas em navegação diversa da geradora do recurso — quanto nas suas adições.



## Navegação Interior e Cabotagem

### CONTABILIZAÇÃO DO AFRMM—CPC 07 (IAS 20)

A contabilização do AFRMM segue as regras do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20). Quando o serviço de frete é finalizado, o valor a receber de AFRMM é reconhecido simultaneamente no ativo não circulante e no passivo não circulante, como receita diferida, não impactando, no momento inicial, o resultado da CNA. Atualmente, em um prazo médio aproximado de 90 a 120 dias, este crédito do AFRMM é depositado na conta vinculada da CNA junto ao Banco do Brasil. Neste momento o AFRMM passa a estar disponível para uso conforme o permitido.

Quando o AFRMM é utilizado, o passivo não circulante que foi contrapartida de seu lançamento e a receita passam a ser afetados como segue:

Se a companhia utiliza R\$100 para a compra de uma embarcação que será depreciada em 20 anos, seu balanço passará a indicar no imobilizado o valor inicial de R\$100 e o passivo continuará apresentando valor também de R\$100 como receita diferida de AFRMM.

Depois do primeiro ano de uso da embarcação, o ativo imobilizado indicará R\$95 (R\$100 - R\$5 de depreciação). O passivo será também reduzido no mesmo montante da depreciação, passando a marcar R\$95. Em contrapartida à esta redução do passivo não circulante, será lançado no resultado o valor de R\$5 como Receitas de Subvenção - AFRMM.

Ou seja, embora o efeito caixa da utilização do AFRMM ocorra em aproximadamente 30 meses e sua utilização não gere um passivo financeiro para a companhia, o lançamento dos valores deste benefício econômico aos acionistas se dá, contabilmente, ao longo da vida útil do ativo.



# Navegação

## (Offshore + Interior)

Navegação	1T26	1T25	Δ a/a	4T25	Δ t/t
<b>Receita Líquida</b>	<b>45.455</b>	<b>58.638</b>	<b>-22,5%</b>	<b>64.077</b>	<b>-29,1%</b>
(-) Custo dos Serviços Prestados sem Depreciação	(41.018)	(37.806)	+8,5%	(40.734)	+0,7%
(-) G&A sem Depreciação	(7.155)	(7.130)	+0,4%	(10.031)	-28,7%
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais <sup>2</sup>	13.420	6.064	+121,3%	3.911	+243,1%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>10.702</b>	<b>19.766</b>	<b>-45,9%</b>	<b>17.223</b>	<b>-37,9%</b>
Margem EBITDA	23,5%	33,7%	-10,2p.p.	26,9%	-3,3p.p.
(+) Novo AFRMM Gerado	6.457	6.951	-7,1%	6.530	-1,1%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.924)	(5.141)	-4,2%	(5.100)	-3,5%
(+/-) Não Recorrente	(2.877)	(923)	+211,7%	1.189	-342,0%
<b>EBITDA AJUSTADO<sup>1</sup></b>	<b>9.358</b>	<b>20.653</b>	<b>-54,7%</b>	<b>19.842</b>	<b>-52,8%</b>
Margem EBITDA Ajustada	<b>20,6%</b>	<b>35,2%</b>	<b>-14,6p.p.</b>	<b>31,0%</b>	<b>-10,4p.p.</b>

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes. A consolidação das empresas do ramo de navegação considera as eliminações de lançamentos intercompany.

O EBITDA ajustado do segmento de navegação alcançou R\$ 9,4 milhões no primeiro trimestre de 2026, correspondendo a uma margem de 20,6%, queda de 14,6p.p. ano contra ano e redução de 10,4p.p. na comparação trimestral. O principal detrator da margem EBITDA no período foi a inoperância de duas embarcações da operação offshore (AHTS Geoniso Barroso e Yvan Barretto) que, além de impactarem negativamente a receita do período, ainda geraram custos e despesas extraordinárias. As maiores tarifas médias tanto no segmento de navegação interior quanto offshore, o mecanismo de take or pay que representa receita sem a incorrência de custos diretos e o ganho com seguros por lucros cessantes, explicado a seguir, diluíram o impacto negativo da inoperância das duas embarcações.

As receitas não recorrentes do 1T26 incluem o recebimento de parte dos lucros cessantes da embarcação Geoniso Barroso, no montante de R\$5,5 milhões, parcela essa que foi considerada no cálculo do EBITDA Ajustado.





# **MINERAÇÃO** **MORRO DO PILAR**

**MOPI: MINERAÇÃO 1T**  
**2026**

# Destaques do Projeto

O Projeto Morro do Pilar (MOPI) tem por finalidade a produção de 25 milhões de toneladas por ano de minério de ferro de alto teor, matéria-prima essencial para a produção do aço verde.

Está localizado em região de baixa densidade populacional do Estado de Minas Gerais, no município de Morro do Pilar, cujo dados divulgados no Censo IBGE 2022 apontam para 3.133 habitantes ou 6,56 habitantes por km<sup>2</sup>.

O projeto está baseado no Technical Report elaborado pela empresa SRK Consulting em 2014, que apresentava o total de 1,64 bilhão de toneladas de recursos certificados, sendo 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados e 0,31 bilhão de toneladas de recursos inferidos, seguindo os padrões do Canadian Institute of Mining, Metallurgy and Petroleum (CIM) de 27 de novembro de 2010 e o Canadian National Instrument Form 43-101F (Form NI 43-101F).

O protocolo do requerimento da Licença de Instalação (LI) foi realizado em agosto de 2019 e atualizado em outubro de 2021, com a inclusão da filtragem e empilhamento da totalidade dos rejeitos, eliminando a utilização de barragens, além do faseamento do projeto. Estas atualizações permitiram a sua adequação às melhores práticas ambientais existentes, além de reduzir o investimento e o prazo necessários para o início das operações. O Projeto MOPI foi classificado como prioritário pela Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais (INVEST MINAS), e por esta razão, o licenciamento ambiental está tramitando na Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), subordinada à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).



**Testemunho**



## **Projeto Direct Shipping Ore - DSO**

A 1ª fase do Projeto MOPI, denominada DSO (Direct Shipping Ore), foi idealizada com o objetivo de reduzir o investimento e o prazo de implantação necessários para o início das operações. Essa fase consiste no processamento simplificado de 20 milhões de toneladas de hematita friável certificadas, localizadas no Pit Norte, sem a utilização de água e/ou barragens de rejeitos. Além desses recursos, a área também contém aproximadamente 10 milhões de toneladas de canga, que potencialmente poderão ser convertidas em produto com qualidade satisfatória.

## MOPI - Projeto Morro do Pilar

### Direct Shipping Ore - DSO (Fase 1 do Projeto MOPI)

#### Licenciamento Ambiental

Como o Projeto DSO está localizado na mesma Área Diretamente Afetada (ADA) e seu volume de recursos já era parte do Projeto MOPI, o processo de licenciamento avançará com o atual pedido da LI para o projeto como um todo. Após a emissão da LI e instalação da planta do DSO, a Companhia solicitará uma Licença de Operação (LO) parcial do DSO. A implantação das estruturas e da planta de beneficiamento das fases seguintes do Projeto MOPI já estarão autorizadas por esta LI e serão alvo então de futuros pedidos de LO.

#### Volume de produção

O volume de produção planejado para o Projeto DSO é de até 5 milhões de toneladas por ano de produto final, minério de ferro fino, com teor de 63,1% de Fe.

#### Logística

A logística para o escoamento do produto da fase DSO será pelo modal rodoviário.

#### Investimento (Capex)

O Capex estimado pela Companhia para a implantação completa do Projeto DSO é de US\$50 milhões.

Lito	Massa (Mt)	% Fe	% SiO <sub>2</sub>	% Al <sub>2</sub> O <sub>3</sub>	% LoI
Total DSO	20.7	63.1	6.33	2.04	1.08

### Pellet feed - 25 Mtpa (Fase 2 do Projeto Morro do Pilar)

A segunda etapa do projeto prevê o processamento e tratamento de ROM para a produção de 25 milhões de toneladas por ano de concentrado de alto teor (pellet feed), com aproximadamente 68,5% de ferro.

#### Logística das Fases 2 e 3 do Projeto Morro do Pilar

Frente às mudanças promovidas pelo Governo Federal no marco regulatório das ferrovias, a MOPI identificou alternativas logísticas para o escoamento do minério de ferro da segunda etapa de seu empreendimento. No biênio 2022 e 2023, foram assinados contratos de adesão para a construção de dois trechos ferroviários, com prazo de vigência de noventa e nove anos. O primeiro trecho conectando a MOPI à Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), em uma distância de aproximadamente 100 km entre os municípios mineiros de Morro do Pilar e Nova Era.

Outros *players* relevantes também requisitaram autorizações para construção de novos trechos que poderão ser utilizados como alternativas de escoamento da produção da MOPI. Nesse contexto, a mineradora Vale, concessionária da EFVM, solicitou um trecho ligando a EFVM à Serra da Serpentina, localizada na região limítrofe à área do projeto MOPI.

A avaliação estratégica do Grupo de que a construção de um porto próprio deixou de ser condição necessária para o projeto de mineração em razão da disponibilidade de capacidade de escoamento em portos de terceiros resultou na decisão de venda do terreno de Linhares/ES, detido pela subsidiária CDNC. A propriedade foi alienada em março de 2026. Ressalta-se que o ativo não gerava caixa ou servia de garantia/aval a nenhuma dívida do Grupo.



## MOPI - Projeto Morro do Pilar

### Investimentos Realizados

**O Projeto Morro do Pilar contou com investimentos na ordem dos US\$ 800MM desde o seu início, sendo uma parte relevante desses investimentos realizada quando o ativo estava sob gestão de seu controlador fundador, a Manabi.**

**Destaca-se que todo o investimento realizado teve como fonte o Capital Próprio (Equity) da Companhia, estando o ativo desvinculado de dívidas contraídas com terceiros.**

#### Composição do investimento:

- Direitos Minerários (US\$ 400 milhões);
- Engenharia, estudos ambientais e estrutura administrativa (US\$ 200 milhões);
- Geologia (US\$ 150 milhões);
- Aquisição do terreno para construção do Porto em Linhares (ES), engenharia e licenciamento (US\$ 50 milhões).

O processo de licenciamento ambiental tem avançado, com otimizações no projeto visando aumento da segurança operacional, que agora inclui a filtragem e empilhamento da totalidade de seus rejeitos, eliminando a utilização de barragens.

A Companhia segue implementando as atividades necessárias para a consecução dos marcos relacionados ao licenciamento de instalação do Projeto MOPI, mantendo ainda o estreito acompanhamento junto aos órgãos responsáveis pela concessão da licença de instalação.



**M LOG**

# Performance 1T 2026



Resultado 1T 2026 (03 meses)	Navegação	Mineração	Consolidado
<b>Receita Líquida</b>	<b>45.455</b>	<b>-</b>	<b>45.455</b>
(-) Custo dos Serviços sem Depreciação	(41.018)	-	(41.018)
(-) G&A sem Depreciação	(7.155)	(2.171)	(9.326)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	13.420	(3.152)	10.268
<b>EBITDA</b>	<b>10.702</b>	<b>(5.323)</b>	<b>5.379</b>
(+) Novo AFRMM Gerado	6.457	-	6.457
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.924)	-	(4.924)
(+/-) Não Recorrente	(2.877)	3.152	275
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>9.358</b>	<b>(2.171)</b>	<b>7.187</b>
Depreciação/Amortização			(12.636)
(-) Novo AFRMM Gerado			(6.457)
Receitas Financeiras			299
Despesas Financeiras			(14.793)
Variação Cambial			402
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)			4.924
(+/-) Não Recorrente			(275)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(972)
<b>Resultado Líquido</b>			<b>(22.321)</b>

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus Shipping, CNA e Columbus Offshore (ex-ABN), enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA não revisada pelos auditores independentes.



# Resultados Consolidados



MLog Consolidado	1T26	1T25	Δ a/a	4T25	Δ t/t
<b>Receita Líquida</b>	<b>45.455</b>	<b>58.638</b>	<b>-22,5%</b>	<b>64.077</b>	<b>-29,1%</b>
(-) Custo dos Serviços sem Depreciação	(41.018)	(37.806)	+8,5%	(40.734)	+0,7%
(-) G&A sem Depreciação	(9.326)	(9.703)	-3,9%	(12.837)	-27,4%
(+/-) Outras Receitas (Desp.) Operacionais <sup>2</sup>	10.268	5.402	+90,1%	891	+1052,4%
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>5.379</b>	<b>16.531</b>	<b>-67,5%</b>	<b>11.397</b>	<b>-52,8%</b>
Margem EBITDA	11,8%	28,2%	-16,4p.p.	17,8%	-5,9p.p.
(+) Novo AFRMM Gerado	6.457	6.951	-7,1%	6.530	-1,1%
(-) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	(4.924)	(5.141)	-4,2%	(5.100)	-3,5%
(+/-) Não Recorrente	275	(261)	-	4.209	-93,5%
<b>EBITDA Ajustado<sup>1</sup></b>	<b>7.187</b>	<b>18.080</b>	<b>-60,2%</b>	<b>17.036</b>	<b>-57,8%</b>
Margem EBITDA Ajustada	15,8%	30,8%	-15,0p.p.	26,6%	-10,8p.p.
Depreciação/Amortização	(12.636)	(12.053)	+4,8%	(12.430)	+1,7%
(-) Novo AFRMM Gerado	(6.457)	(6.951)	-7,1%	(6.530)	-1,1%
Receitas Financeiras	299	7.498	-96,0%	2.387	-87,5%
Despesas Financeiras	(14.793)	(22.210)	-33,4%	(18.405)	-19,6%
Variação Cambial	402	1.288	-68,8%	(256)	-
(+) Receita de AFRMM (CPC07/IAS20)	4.924	5.141	-4,2%	5.100	-3,5%
(+/-) Não Recorrente	(275)	261	-205,4%	(4.209)	-93,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(972)	(467)	+108,1%	(2.539)	-61,7%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(22.321)</b>	<b>(9.413)</b>	<b>+137,1%</b>	<b>(19.846)</b>	<b>+12,5%</b>

A atividade de Navegação inclui as operações de navegação da Controladora, além das investidas Columbus Shipping, CNA e Columbus Offshore (ex-ABN), enquanto a Mineração é composta pelo Projeto MOPI, Dutovias e CDNC. A consolidação dos segmentos considera eliminação de lançamentos intercompany.

1- Métrica de EBITDA Ajustado não revisada pelos auditores independentes.

2- Parte significativa da conta "Outras receitas e despesas operacionais" no 1T26 corresponde a receita do reembolso por lucros cessantes da embarcação Geoniso Barroso, no valor de R\$ 5,5 milhões, na Columbus Offshore; bem como, ganho com a alienação de ativos no valor de R\$ 1,9 milhão e a receita com a recuperação de créditos tributários em torno R\$ 0,5 milhão, ambos pela controlada CNA.

# Informações contábeis consolidadas



## RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da MLog totalizou R\$ 45.455 no primeiro trimestre de 2026, correspondendo a uma redução de 22,5% na comparação anual e uma queda de 29,1% trimestralmente. O faturamento mais fraco no período foi devido, principalmente, a menor taxa de operacionalidade da operação de apoio marítimo offshore, que alcançou 56,7% no 1T26 (versus 98,1% no 1T25 e 86,1% no 4T25), impactada pela inoperância das embarcações Geoniso Barroso (durante todo o primeiro trimestre de 2026) e Yvan Barretto (a partir de 30 de janeiro de 2026).

## EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado da MLog alcançou R\$ 7.187 no primeiro trimestre de 2026, correspondendo a uma margem de 15,8%, queda de 15,0p.p. ano contra ano e 10,8 p.p. abaixo da margem do 4T25. O principal detrator da margem EBITDA no período foi a inoperância das embarcações, conforme comentado na seção Navegação. Todavia, o recebimento de parte dos reembolsos de lucro cessantes no valor R\$ 5.478 e as maiores tarifas médias diluíram parcialmente o impacto da inoperância das duas embarcações.

## RESULTADO DO PERÍODO

A MLog apresentou prejuízo líquido consolidado de R\$ 22.321 no primeiro trimestre de 2026, montante superior aos prejuízos de R\$ 9.413 e R\$ 19.846 registrados nos exercícios referentes ao 1T25 e 4T25, respectivamente. O prejuízo apresentado refletiu principalmente o resultado operacional mais fraco em função do impacto das ocorrências extraordinária (inoperância das embarcações), bem como o aumento das despesas financeiras líquidas no período que atingiu R\$ 14.092 e a baixa pela alienação do terreno em Linhares/ES, que resultou em uma perda contábil de R\$ 3.146. Por outro lado, ocorreu a entrada da parcela de lucros cessantes da embarcação Geoniso Barroso no montante R\$ 5.478, além do ganho com a alienação de ativos no valor de R\$ 1,9 milhão e a receita com a recuperação de créditos tributários em torno R\$ 0,5 milhão.

# Informações contábeis consolidadas



## CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia encerrou março de 2026 com uma posição consolidada em caixa e equivalente de caixa de R\$ 26.095 (versus R\$ 32.352, em dezembro de 2025). Desse montante, R\$ 3.771 correspondem ao saldo em conta de aplicação vinculada a garantias de empréstimos, contabilizado no ativo não circulante.

Os principais fatores que levaram a redução da posição de caixa (e equivalentes) foram:

- Inoperância de duas embarcações (Geonísio Barroso e Yvan Barretto) resultou na menor receita operacional, parcialmente compensada pelo recebimento de parcela do reembolso por lucros cessantes no valor de R\$ 5.478.
- Gastos na contratação de mão-de-obra e na aquisição de componentes, principalmente importados, para o reparo das duas embarcações em downtime.
- Desembolsos direcionados a amortização dos empréstimos e financiamentos, no montante de R\$16.090.

Entre as entradas de caixa não recorrentes, destacam-se o recebimento de R\$ 5.478 em lucros cessantes mencionado anteriormente, a alienação de terreno que não estava sendo utilizado por R\$ 18.000 e a captação de empréstimos no montante de R\$ 14.000.

## AFRMM

A Companhia encerrou março de 2026 com R\$ 13.830 referentes ao saldo de depósitos de AFRMM em conta vinculada, comparado ao valor de R\$ 16.021 no encerramento de 2025.

## EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia encerrou março de 2026 com um total de empréstimos de R\$ 221.525, queda de 1% comparado a dezembro de 2025, totalmente em moeda nacional. Em torno de 48,4% desse montante está alocado no passivo circulante versus 41,2% em dezembro de 2025.

## OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Os valores a pagar referentes à aquisição da CNA, classificados como Obrigações por Aquisição de Investimentos, somavam R\$ 45.961 em março de 2026, sem variação significativa em relação a dezembro de 2025.

Vale ressaltar que, com base em pareceres jurídicos, a Companhia está dando baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida dessas obrigações quando superior a cinco anos. Desde então, foi efetivado a baixa o valor de R\$2.707, sendo R\$110 no trimestre.

# Informações contábeis consolidadas



## DÍVIDA LÍQUIDA (ALAVANCAGEM)

R\$ mil	1T26	4T25	Δ t/t	1T25	Δ a/a
Empréstimos & Financiamentos	221.525	223.748	-1,0%	172.620	+28,3%
Passivo Circulante	107.151	92.267	+16,1%	42.937	+149,6%
Passivo Não Circulante	114.374	131.481	-13,0%	129.683	-11,8%
Obrigações na Aquisição de Investimentos	45.961	45.844	+0,3%	48.782	-5,8%
Parte Relacionadas	-	250	-	5.120	-
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>267.486</b>	<b>269.842</b>	<b>-0,9%</b>	<b>226.522</b>	<b>+18,1%</b>
<b>Caixa e Equivalente de caixa</b>	<b>26.095</b>	<b>32.352</b>	<b>-19,3%</b>	<b>11.540</b>	<b>+126,1%</b>
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	22.324	26.875	-16,9%	4.161	+436,5%
Aplicações Financeiras Restritas	3.771	5.477	-31,1%	7.379	-48,9%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>241.391</b>	<b>237.490</b>	<b>+1,6%</b>	<b>214.982</b>	<b>+12,3%</b>
<b>Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (x)</b>	<b>3,87</b>	<b>3,24</b>	<b>0,63p.p.</b>	<b>2,91</b>	<b>+0,96p.p.</b>

A Companhia encerrou março de 2026 com um endividamento líquido de R\$ 241.391, levemente superior a dezembro de 2025. Entretanto, a redução da geração de caixa, devido a inoperância de duas embarcações da operação offshore, resultou no aumento do índice de endividamento da Companhia, que alcançou 3,87x o EBITDA ajustado anualizado.

A inoperância temporária das duas embarcações, bem como os desembolsos necessários para torná-las novamente operacionais (incluindo serviços de reparo e aquisição de componentes), têm pressionado a liquidez da Companhia no curto prazo.

## ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES

Com parte de seus ativos em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados a MOPI, bem como as recentes intercorrências mecânicas em duas embarcações, o balanço patrimonial consolidado da Companhia evidenciava um passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 121.314, em março de 2026 (versus R\$ 114.126, em dezembro de 2025). As informações contábeis consolidadas refletem ainda prejuízos acumulados de R\$ 513.895, em dezembro de 2026 (versus R\$ 499.196, em dezembro de 2025).

## ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia fechou março de 2026 com um passivo total de R\$ 691.180, sendo 37,9% no circulante. Entretanto, parte significativa desse montante é referente às Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM (no valor de R\$ 209.886), que embora estejam reconhecidas no passivo, não representam efetivamente obrigação de pagamento. A existência desse valor está relacionada à forma de contabilização de subsídios governamentais, em linha com o CPC 07. Se expurgarmos o valor das subvenções governamentais a apropriar (AFRMM), o total do passivo seria de R\$ 481.294, em março de 2026, equivalente a 38,0% do total de ativos e 83,7% do Patrimônio Líquido.

# Informações contábeis consolidadas



## CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente aquelas decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos.

A situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estarem em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA. Adicionalmente, houve aumento de desembolsos com fornecedores, proveniente das docagens dos AHTS Haroldo Ramos, em 2023, além do Geoniso Barroso e Yvan Barretto, em 2024. Esses eventos foram suportados pela geração de caixa da Companhia, além de captações via empréstimos.

A Companhia vem renegociando, com os seus principais credores, os valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de março de 2026 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. A estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem, inclusive, considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Os eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

# Informações contábeis consolidadas



## EVENTO SUBSEQUENTE

### Inoperância temporária das embarcações Geonísio Barroso e Yvan Barretto

- Em 21 de dezembro de 2025, a embarcação Geonísio Barroso, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para meados de junho de 2026, representando uma renúncia de receita prevista de aproximadamente R\$ 27.000, com reembolso do seguro de lucros cessantes no valor de R\$ 6.578.
- Em 30 de janeiro 2026, a embarcação Yvan Barretto, em contrato com a Petrobras, apresentou problema mecânico quando em testes preparatórios para o overhaul dos motores que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para meados de junho de 2026, representando uma renúncia de receita prevista de aproximadamente R\$ 20.200, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes o valor de R\$ 3.200.
- Ademais espera-se que o seguro de casco e máquinas faça o ressarcimento de parte significativa dos investimentos em peças e serviços necessários para retorno das embarcações às suas atividades, investimentos estes quantificados por ora em aproximadamente R\$25.000.
- Para maio está previsto parte do reembolso da embarcação Yvan Barreto. A seguradora Fairfax irá realizar o pagamento equivalente a 30 dias de lucros cessantes e um adiantamento dos custos já comprovados com a manutenção da embarcação. O valor será, aproximadamente, R\$ 6.500.

Em decorrência dos eventos acima listados, e como medida de preservação de caixa, a Companhia solicitou a credores financeiros a suspensão temporária do pagamento de dívidas e iniciou a negociação a adequação dos passivos à nova realidade de caixa.

### Captação de empréstimos e financiamentos

- Em 29 de abril de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 2.000, pelo prazo de dois meses, junto a instituição financeira. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa. A garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Geonísio Barroso. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras.

# Mercado de Capitais e Governança Corporativa



A MLog é uma companhia aberta, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2026, é composto atualmente por quatro membros, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, sendo permitida a reeleição. São atuais membros desse Conselho: Luiz Claudio de Souza Alves, Gustavo Barbeito de Vasconcellos Lantimant Lacerda, Luiz Mauricio da Silveira Portela e André Luiz Pimentel dos Santos.

Em 06 de maio de 2026, o Conselho de Administração da Companhia reelegera a Diretoria para um mandato de um ano, a se encerrar após a realização da próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia. A atual Diretoria é composta por Antonio Frias Oliva Neto (Diretor Presidente, Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Camila Pinto Barbosa de Oliveira (Diretora Jurídica e de Compliance).

## CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possam surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3 S.A, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

# Audidores Independentes



Em atendimento à resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Companhia informa que o Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de julho de 2025, aprovou a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (“Grant Thornton”) para prestar os serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações contábeis da Companhia. Ressalta, ainda, que os auditores independentes supracitados não prestaram, desde a sua contratação, serviços não relacionados à auditoria externa.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

A Administração

## **Relações com Investidores**

Antonio Frias Oliva Neto

CEO/IR Officer

## **Contato**

[ri@mlog.com.br](mailto:ri@mlog.com.br)

Telefone: +55 21 3248 4800

[www.ir.mlog.com.br](http://www.ir.mlog.com.br)

# Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4ª andar,  
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

**MLog S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

## Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da MLog S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estas foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentava passivo circulante da Companhia em excesso ao ativo circulante nos montantes de R\$ 73.443 mil (controladora) e R\$ 121.314 mil (consolidado), prejuízo no período nos montantes de R\$ 14.699 mil (controladora) e R\$ 22.321 mil (consolidado), bem como caixa aplicado nas atividades operacionais nos montantes de R\$ 1.692 mil (controladora) e R\$ 15.987 (consolidado). Esses eventos e condições, em conjunto com outros fatores descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, sua posição patrimonial, lucratividade e a necessária geração de caixa operacional estão descritos na Nota Explicativa nº 2.2. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.


### Revisão dos valores correspondentes ao período comparativo

A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de revisão, emitido em 15 de maio de 2025, não continha modificação.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/F-2



Rodrigo Souza Fidalgo

Contador CRC 1RJ-115.816/O-5

# MLog S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14	2.503	22.324	26.875
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	5	-	-	13.830	16.021
Contas a receber de clientes	6	11.682	2.469	24.326	23.399
Dividendos a receber		-	12.435	-	-
Adiantamentos a fornecedores		2.717	2.726	23.990	15.367
AFRMM para liberação	5	-	-	23.722	20.397
Estoques		-	-	324	690
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	113	111	15.078	15.195
Outros impostos a recuperar	7	-	-	1.785	2.212
Seguros a receber		-	-	8.496	-
Despesas antecipadas		154	235	5.026	4.408
Outros créditos		13	5	1.784	2.935
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.693</b>	<b>20.484</b>	<b>140.685</b>	<b>127.499</b>
<b>Não circulante</b>					
Aplicação vinculada	4	-	-	3.771	5.477
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	14	891	163	-	-
Bloqueios judiciais		54	54	54	54
Partes relacionadas	13	84.568	83.809	3.320	3.125
Depósitos judiciais		15	15	272	245
Retenções contratuais de clientes		-	-	6.176	5.543
Outros impostos a recuperar	7	-	-	6.565	5.986
Outras contas a receber		-	-	732	1.267
Direitos na Transação Negocial	16	-	-	5	97
Investimentos	8	976.249	972.204	-	-
Imobilizado	9	90.102	97.903	255.318	282.948
Intangível	11	-	3	849.233	848.572
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.151.879</b>	<b>1.154.151</b>	<b>1.125.446</b>	<b>1.153.314</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.166.572</b>	<b>1.174.635</b>	<b>1.266.131</b>	<b>1.280.813</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# MLog S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	466	666	41.370	38.025
Empréstimo e financiamentos	16	53.981	48.219	107.151	92.267
Salários e encargos sociais		331	270	13.418	13.298
Imposto de renda e contribuição social a recolher		922	941	3.224	8.294
Outros impostos a recolher		14.379	13.925	48.219	44.147
Tributos diferidos	13	483	369	483	369
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	20	15	9	21.071	20.683
Obrigações na aquisição de investimentos	17	13.480	12.473	13.480	12.473
Acordos judiciais a pagar		2.807	2.808	2.807	2.808
Outras contas a pagar		1.272	252	10.776	9.261
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>88.136</b>	<b>79.932</b>	<b>261.999</b>	<b>241.625</b>
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores	15	-	-	101	909
Empréstimo e financiamentos	16	83.861	98.708	114.374	131.481
Partes relacionadas	14	288.866	289.765	-	250
Outros impostos a recolher		8.956	8.013	49.128	43.561
Obrigações na transação negocial		577	577	-	-
Adiantamentos diversos		-	-	687	687
Tributos diferidos	13	3.456	3.551	3.456	3.551
Provisão para passivo a descoberto	8	50.369	35.270	-	-
Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM	5	-	-	209.886	207.997
Obrigações na aquisição de investimentos	17	32.481	33.371	32.481	33.371
Acordos judiciais a pagar		3.289	4.125	3.289	4.125
Provisões para contingências trabalhista e operacionais	20	2.797	2.798	8.179	8.177
Outros passivos não circulantes		339	381	7.600	7.807
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>474.991</b>	<b>476.559</b>	<b>429.181</b>	<b>441.916</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	21				
Capital social		1.109.333	1.109.333	1.109.333	1.109.333
Resultados abrangentes		5.662	5.662	5.662	5.662
Custo na captação de recursos		(36.464)	(36.464)	(36.464)	(36.464)
Transação de capital		38.809	38.809	38.809	38.809
Transações com não controladores		-	-	(28.494)	-
Prejuízos acumulados		(513.895)	(499.196)	(513.895)	(499.196)
<b>Atribuível à participação dos acionistas controladores</b>		<b>603.445</b>	<b>618.144</b>	<b>574.951</b>	<b>618.144</b>
Participação de não controladores		-	-	-	(20.872)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>603.445</b>	<b>618.144</b>	<b>574.951</b>	<b>597.272</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.166.572</b>	<b>1.174.635</b>	<b>1.266.131</b>	<b>1.280.813</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# MLog S.A.

## Demonstrações do resultado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro

(Em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por ação que está expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receita líquida de prestação de serviços	22	16.172	13.803	45.455	58.638
Custos dos serviços prestados	22	(8.803)	(7.128)	(53.639)	(49.774)
<b>Resultado bruto</b>		<b>7.369</b>	<b>6.675</b>	<b>(8.184)</b>	<b>8.864</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas com pessoal	23	(1.029)	(1.485)	(6.199)	(6.643)
Despesas com serviços prestados		(516)	(511)	(968)	(968)
Despesas gerais e administrativas		(325)	(327)	(1.345)	(1.740)
Depreciação e amortização		-	(13)	(15)	(85)
Despesas tributárias		(83)	(18)	(814)	(352)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>				-	-
Equivalência patrimonial de sociedades	8	(11.054)	(3.166)	-	-
Subvenção de AFRMM	5	-	-	4.924	5.141
Outras receitas operacionais, líquidas	24	104	779	5.344	261
		<b>(12.903)</b>	<b>(4.741)</b>	<b>927</b>	<b>(4.386)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(5.534)</b>	<b>1.934</b>	<b>(7.257)</b>	<b>4.478</b>
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	25	462	2.834	701	6.245
Despesas financeiras	26	(9.608)	(12.237)	(14.793)	(19.669)
		<b>(9.146)</b>	<b>(9.403)</b>	<b>(14.092)</b>	<b>(13.424)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(14.680)</b>	<b>(7.469)</b>	<b>(21.349)</b>	<b>(8.946)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	13				
Correntes		-	-	(953)	(416)
Diferidos		(19)	(51)	(19)	(51)
<b>Prejuízo do período</b>		<b>(14.699)</b>	<b>(7.520)</b>	<b>(22.321)</b>	<b>(9.413)</b>
<b>Prejuízo do período</b>					
Acionistas controladores				<b>(14.699)</b>	<b>(7.520)</b>
Acionistas não controladores				(7.622)	(1.893)
				<b>(22.321)</b>	<b>(9.413)</b>
<b>Prejuízo por ação básico e diluído – R\$</b>	21	<b>(6,37)</b>	<b>(3,26)</b>		

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

# MLog S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Prejuízo do período	(14.699)	(7.520)	(22.321)	(9.413)
Resultado abrangente do período	<u>(14.699)</u>	<u>(7.520)</u>	<u>(22.321)</u>	<u>(9.413)</u>
<b>Resultado abrangente atribuível a:</b>				
Acionistas controladores			(14.699)	(7.520)
Acionistas não controladores			(7.622)	(1.893)
			<u>(22.321)</u>	<u>(9.413)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**MLog S.A.**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Períodos findos em 31 de março**  
*(Em milhares de reais)*

	Subscrito	(-) Custo na captação de recursos	Transações de capital	Prejuízos acumulados	Resultados abrangentes	Controladora	Participações de acionistas não controladores	Transações com não controladores	Consolidado
<b>Nota</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>21</b>		<b>21</b>			<b>21</b>	
Em 31 de dezembro de 2024	1.109.333	(36.464)	38.809	(463.289)	5.662	654.051	(12.428)	-	641.623
Prejuízo do período	-	-	-	(7.520)	-	(7.520)	(1.893)	-	(9.413)
Em 31 de março de 2025	1.109.333	(36.464)	38.809	(470.809)	5.662	646.531	(14.321)	-	632.210
Em 31 de dezembro de 2025	1.109.333	(36.464)	38.809	(499.196)	5.662	618.144	(20.872)	-	597.272
Prejuízo do período	-	-	-	(14.699)	-	(14.699)	(7.622)	-	(22.321)
Transações com não controladores							28.494	(28.494)	-
Em 31 de março de 2026	1.109.333	(36.464)	38.809	(513.895)	5.662	603.445	-	(28.494)	574.951

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**MLog S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Períodos findos em 31 de março**  
**(Em milhares de reais)**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do período		(14.699)	(7.520)	(22.321)	(9.413)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>					
Depreciação e amortização	21	8.807	7.141	12.636	10.163
Amortização de embarcações afretadas	22	-	-	-	1.849
Juros sobre embarcações afretadas	10	-	-	-	138
Receita de baixa de embarcações afretadas	9	-	-	-	(763)
Baixa de imobilizado e intangível	9 e 10	-	-	3.216	-
Receita na venda de imobilizado		-	-	(1.911)	-
Receita de subvenção de AFRMM	5	-	-	(4.924)	(5.141)
Provisão de custo e despesas operacionais		-	-	409	(2.772)
Juros passivos	16 e 17	3.735	8.098	7.008	10.135
Juros com partes relacionadas	13	401	481	(215)	(129)
Variação cambial	25 e 26	-	(542)	(402)	(1.288)
Resultado de equivalência patrimonial	8	11.054	3.166	-	-
Remissão de dívida	17	(110)	(101)	(110)	(101)
Tributos e contribuições diferidos		19	51	19	51
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		<b>9.207</b>	<b>10.774</b>	<b>(6.595)</b>	<b>2.729</b>
Outras contas a receber		-	-	529	-
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar		(2)	(2)	(35)	1.077
Retenções contratuais		-	-	(633)	-
Estoques		-	-	366	1
Despesas antecipadas		82	75	14	595
Outros créditos		(6)	7	1.153	1.349
Contas a receber de clientes		(9.213)	5.367	(927)	802
Adiantamentos à fornecedores		8	34	(8.625)	(395)
Seguros a receber		-	-	(8.496)	-
AFRMM		-	-	5.679	4.542
Depósitos Judiciais		-	-	(27)	(49)
Contas a receber de partes relacionadas		-	63	-	-
Fornecedores		(202)	(264)	1.068	576
Salário e encargos sociais		61	217	(1.440)	2.209
Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recolher		1.378	2.259	6.129	6.121
Acordos judiciais		(837)	(1.006)	(837)	(1.006)
Outras contas a pagar		978	(5.678)	1.486	(5.280)
Provisões		5	(679)	1.844	522
		<b>(7.748)</b>	<b>393</b>	<b>(2.752)</b>	<b>11.064</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos antes do pagamento de juros e impostos pagos</b>					
		<b>1.459</b>	<b>11.167</b>	<b>(9.347)</b>	<b>13.793</b>
Imposto de renda e contribuições sociais pagos		-	-	-	(354)
Juros pagos	16	(3.151)	(6.766)	(6.640)	(9.283)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais</b>		<b>(1.692)</b>	<b>4.401</b>	<b>(15.987)</b>	<b>4.156</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital		(728)	-	-	-
Aquisições de imobilizado	9	(1.003)	(3.045)	(6.219)	(10.228)
Venda de ativo imobilizado		-	-	19.286	-
Aquisição de Intangível	11 e 29	-	-	(731)	(1.097)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.731)</b>	<b>(3.045)</b>	<b>12.336</b>	<b>(11.325)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(9.167)	(7.574)	(16.090)	(40.113)
Aplicação vinculada		-	-	1.706	(1.617)
Amortização da dívida na aquisição de investimentos	17	(274)	(2.116)	(274)	(2.116)
Partes relacionadas líquidas		10.375	7.166	(242)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos	16	-	-	14.000	36.569
Arrendamentos pagos	10	-	-	-	(1.219)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos</b>		<b>934</b>	<b>(2.524)</b>	<b>(900)</b>	<b>(8.496)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(2.489)</b>	<b>(1.168)</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(15.665)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>2.503</b>	<b>1.186</b>	<b>26.875</b>	<b>19.826</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>		<b>14</b>	<b>18</b>	<b>22.324</b>	<b>4.161</b>

\*As transações que não afetam caixa estão demonstradas na Nota Explicativa 25

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**MLog S.A.**  
**Demonstrações dos valores adicionados**  
**Períodos findos em 31 de março**  
*(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receitas operacionais</b>					
Receita de contrato com cliente	22	17.820	15.210	53.275	71.559
Outras receitas	5 e 24	104	779	5.344	261
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	-	(20.295)	(21.500)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(765)	(754)	(2.285)	(2.466)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>17.159</b>	<b>15.235</b>	<b>36.039</b>	<b>47.854</b>
Depreciação e amortização		(8.803)	(7.141)	(12.636)	(12.009)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>8.356</b>	<b>8.094</b>	<b>23.403</b>	<b>35.845</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Subvenção de AFRMM	5	-	-	4.924	5.141
Receita financeira	25	462	2.834	701	6.245
Resultado de equivalência patrimonial	8	(11.054)	(3.166)	-	-
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>(2.236)</b>	<b>7.762</b>	<b>29.028</b>	<b>47.231</b>
<b>Distribuição do valor adicionado pessoal</b>					
Remuneração direta		253	353	10.246	10.820
Honorários da administração		498	717	1.594	1.811
Benefícios		193	212	9.196	8.575
FGTS		21	29	1.508	1.259
		<b>965</b>	<b>1.311</b>	<b>22.544</b>	<b>22.465</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		1.808	1.648	11.787	12.218
Estaduais		-	-	1.938	1.834
Municipais		4	4	50	184
		<b>1.812</b>	<b>1.652</b>	<b>13.775</b>	<b>14.236</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros	24	9.608	12.237	14.793	19.669
Aluguéis		78	82	237	274
		<b>9.686</b>	<b>12.319</b>	<b>15.030</b>	<b>19.943</b>
<b>Prejuízo do período atribuível</b>					
Acionistas controladores		(14.699)	(7.520)	(14.699)	(7.520)
Acionistas não controladores		-	-	(7.622)	(1.893)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>(2.236)</b>	<b>7.762</b>	<b>29.028</b>	<b>47.231</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A MLog S.A. (“Companhia”) detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. (“MOPI”), Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (“CDNC”), Dutovias do Brasil S.A. (“Dutovias”), Companhia de Navegação da Amazônia - CNA (“CNA”) e da Nova Sociedade de Navegação S.A. (“NSN” ou “Columbus”). A MLOG possui também participação de 100% na Columbus Offshore S.A. (denominação anterior - Asgaard Bourbon Navegação S.A. (“ABN”), até fevereiro de 2026 a participação detida era 50%.

A subsidiária CDNC não é operacional e era proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo, o qual foi vendido em 31/03/2026. As subsidiárias MOPI e Dutovias, atuam nos segmentos de mineração. As subsidiárias Columbus Offshore e CNA atuam de segmento navegação por meio de afretamento e operação de embarcações de apoio marítimo para a indústria de óleo e gás, caso da Columbus Offshore, enquanto a CNA atua no transporte fluvial de granel líquido (petróleo cru, seus derivados e biocombustíveis).

#### Navegação

A Columbus Offshore é operadora da embarcação OSRV (*Oil Spill Recovery Vessel*) Asgaard Sophia (“Sophia”), e das embarcações tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply Vessel*) Geonísio Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barreto. Atualmente, a frota da Columbus Offshore encontra-se toda contratada pela Petrobras. O AHTS Haroldo Ramos cumpre seu contrato de 48 meses, iniciado em setembro de 2023. Em dezembro de 2024, deu-se início ao novo contrato do OSRV Asgaard Sophia, também pelo prazo de quatro anos. E os AHTS Geonísio Barroso e Yvan Barreto iniciaram seus novos contratos, de quatro anos, em abril e maio de 2025, respectivamente

Em 2022 foi instituído procedimento arbitral sigiloso instaurado pela Columbus Offshore em face da Petrobras, em razão da não entrega da embarcação BE 808 no prazo acordado contratualmente, tendo em vista a impossibilidade de acordo com a Petrobras. Esse procedimento arbitral teve sua decisão proferida em 19 de janeiro de 2024, em desfavor da Companhia, e no momento de emissão destas informações contábeis há em andamento embargos de declaração contestando a decisão. O valor encontra-se registrado conforme Nota Explicativa nº 19.

Abaixo demonstrativo das embarcações em 31 de março de 2026:

<u>Embarcações</u>	<u>Arrendador/proprietário</u>	<u>Arrendatário</u>
Asgaard Sophia	Companhia de Navegação da Amazônia - CNA	Columbus Offshore S.A.
Yvan Barretto	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.
Geonísio Barroso	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.
Haroldo Ramos	MLog S.A.	Columbus Offshore S.A.

A lista acima, de data base 31 de março de 2026, não inclui mais a embarcação WSSV Stim Star Arabian Gulf, que finalizou seu contrato em 06 de setembro de 2024. A Companhia optou por não participar do certame de recontração desta embarcação junto a Petrobrás, de forma que no encerramento de seu contrato a embarcação foi devolvida, sua tripulação em parte desmobilizada e os trâmites de encerramento do contrato com a proprietária da embarcação estão em andamento em 31 de março de 2026. Cabe ressaltar que esta embarcação era a única da frota da Columbus Offshore que era afretada de terceiro fora do grupo financeiro da MLog.

A CNA opera no transporte de cabotagem de interior de óleo, combustíveis e derivados de petróleo na região Norte do país. Adquirida em 2016, a CNA vem implementando seu plano de negócios que inclui a busca por oportunidades de crescimento de suas atividades, bem como de possíveis atividades complementares, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

### **Mineração**

Quanto ao Projeto de extração de minério de ferro denominado “Morro do Pilar”, a Companhia efetuou os estudos e cumpriu as condicionantes da Licença Prévia (“LP”) necessárias para o protocolo do pedido de Licença de Instalação (“LI”), tendo oficializado o pedido da LI junto aos órgãos governamentais no terceiro trimestre de 2019, conforme Nota Explicativa 18. A Companhia vem realizando esforços para captação dos recursos necessários ao desenvolvimento do projeto.

### **Criação de Sociedade em Conta de Participação (SCP)**

Em 02 de janeiro de 2023, foi criada uma sociedade em conta de participação entre a MLog (sócia ostensiva com participação de 99,9% do capital) e sua controlada NSN (sócia participante com participação de 0,1% no capital). Esta SCP tem como objetivo reunir ativos e passivos de navegação, sendo regida por um instrumento particular assinado entre as partes na data de 02 de janeiro de 2023 (instrumento particular de constituição da Sociedade em Conta de Participação).

A SCP é composta de ativos e passivos aportados pelo sócio ostensivo, a MLog S.A., no montante líquido de R\$ 5.000, sendo estes:

- 37.999 ações de emissão da Columbus Offshore, que correspondem a 100% do capital social desta empresa.
- 2.868 ações de emissão da Companhia de Navegação da Amazônia, que correspondem à totalidade de seu capital social.
- Embarcações do tipo AHTS denominadas Yvan Barreto, Geonísio Barroso e Haroldo Ramos.
- Dívida com empréstimos e financiamentos com FDIC e Banco Pine.
- Dívida originada com a aquisição da Companhia de Navegação da Amazônia.
- Dívidas com partes relacionadas.

Os ativos e passivos descritos acima foram aportados na SCP pelo seu valor contábil, conforme demonstrado na Nota Explicativa 2.1.(e). A sócia participante, NSN, aportou caixa no montante de R\$ 5.

O objetivo desta SCP é a organização da vertical de navegação (apoio offshore e navegação interior) do Grupo, reunindo de forma consolidada seus ativos, passivos e conseqüentemente o resultado produzido por estes.

A SCP serve de veículo transitório para os ativos e passivos que, por questões regulatórias, estejam impedidos de transferência imediata para a NSN, a qual será realizada na data em que a última dívida que detinha ativos componentes da SCP em garantia seja extinta, liberando todos os ativos originalmente aportados na SCP para serem transferidos para a NSN, deixando a SCP de ter propósito.

A SCP não tem personalidade jurídica e suas operações serão exercidas exclusivamente pela Companhia, inclusive a sua representação ativa e passiva, com plenos poderes de representação perante terceiros.

A distribuição dos resultados desta SCP, de acordo com o instrumento particular que a rege, se dá na proporção de 99% para a sócia participante e 1% para a sócia ostensiva. Esta proporção inversa de distribuição do resultado em relação ao capital aportado ocorre por dois motivos:

- 1) Como a NSN foi criada com o propósito de concentrar as atividades de navegação do Grupo, a atribuição de 99% do resultado da SCP traduz a dinâmica de agregar o resultado da vertical de navegação (apoio offshore e interior) nessa controlada; e
- 2) A MLog (sócia ostensiva) é controladora única da SCP, mesmo de forma indireta, dado que detém 99,9% de forma direta e controla a NSN detentora dos restantes 0,1%. Desta forma, a não proporcionalidade da distribuição dos resultados é irrelevante para fins de informação consolidada da Companhia.

A administração da Companhia já solicitou algumas das anuências necessárias para iniciar a efetiva transferência de ativos e passivos. No entanto, os pedidos permanecem em análise por parte dos potenciais anuentes, sem qualquer resposta definitiva até o momento.

Até que as supracitadas anuências sejam emitidas, a NSN – subsidiária da MLog – possui apenas uma embarcação de apoio de pequeno porte em seu rol de ativos em operação.

## **2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards)), assim como com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia, por meio de seu Conselho de Administração autorizou a divulgação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 15 de maio de 2026.

## **a. Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

## **2.1 Base de consolidação e investimentos societários**

### **a. Consolidação**

As informações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), foram elaboradas utilizando a mesma data base e práticas contábeis consistentes, sendo que, quando necessário, ajustes são efetuados nas informações contábeis dessas investidas para garantir a conformidade com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados integralmente nas informações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

<b>Investimentos</b>	<b>Participação 31/03/2026</b>	<b>Participação 31/12/2025</b>
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	100%	100%
Morro do Pilar Minerais S.A.	100%	100%
Dutovias do Brasil S.A.	100%	100%
Cia de Navegação do Amazonas	100%	100%
Nova Sociedade de Navegação S.A.	100%	100%
Columbus Offshore S.A.	100%	50%

### **b. Controladas**

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

### **c. Coligada**

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre práticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas práticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

**d. Operações com Sociedade em Conta de Participação (SCP)**

Conforme detalhado na Nota 1, a SCP constituída em janeiro de 2023 não tem personalidade jurídica, sendo que as suas operações são efetuadas pela Companhia (sócia ostensiva), em seu próprio nome e sob sua responsabilidade, inclusive a representação ativa e passiva da SCP, com plenos poderes de representação perante terceiros. A propriedade e o controle dos ativos da SCP, bem como a responsabilidade pelos seus passivos continuam com a Companhia.

Não havendo prática contábil específica previstas nas normas contábeis adotadas no Brasil ou nas IFRS, para as operações com Sociedades em Conta de Participação, a administração da Companhia, em linha com as orientações do CPC 23 / IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exerceu o seu melhor julgamento na aplicação de uma política contábil que pudesse representar de forma fidedigna os objetivos das operações com a SCP.

Portanto, as informações contábeis intermediárias individuais da Companhia compreendem a totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas, tanto das operações da SCP quanto aquelas exclusivas da própria Companhia, eliminando-se as transações entre a Companhia e a SCP, de forma similar ao processo de consolidação de informações contábeis. Não há segregação da parcela atribuída à sócia participante (0,1%), uma vez que se trata de uma controlada integral da Companhia.

**Informações contábeis da SCP**

**Balço Patrimonial**  
**Em milhares de R\$**

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	5
Contas a receber de clientes	11.682	2.469
<b>Total do ativo circulante</b>	<u>11.687</u>	<u>2.474</u>
<b>Não Circulante</b>		
Partes relacionadas	184.291	160.932
Investimentos	197.448	202.301
Imobilizado	90.005	97.806
<b>Total do ativo não circulante</b>	<u>471.744</u>	<u>461.039</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>483.431</u></u>	<u><u>463.513</u></u>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	53.981	47.067
Outros impostos a recolher	16.779	15.132
Obrigações na aquisição de investimentos	13.561	12.473
Outras contas a pagar	3.473	496
<b>Total do passivo circulante</b>	<u>87.794</u>	<u>75.168</u>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	98.708	98.708
Partes relacionadas	225.811	228.236
Obrigações na aquisição de investimentos	32.481	33.371
Provisões para passivo a descoberto	26.104	14.283
<b>Total do passivo não circulante</b>	<u>383.104</u>	<u>374.598</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	5.005	5.005
Prejuízos acumulados	7.528	8.742
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>12.533</u>	<u>13.747</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u><u>483.431</u></u>	<u><u>463.513</u></u>

**Demonstrações do resultado**

**Em milhares de R\$**

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Receita líquida de prestação de serviços	16.172	13.803
Custos dos serviços prestados	<u>(8.799)</u>	<u>(7.128)</u>
<b>Resultado bruto</b>	<b><u>7.373</u></b>	<b><u>6.675</u></b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(53)	(49)
Despesas tributárias	(4)	(4)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		
Equivalência patrimonial de sociedades controladas	(4.257)	2.245
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>110</u>	<u>101</u>
	<b><u>(4.204)</u></b>	<b><u>2.293</u></b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>3.169</b>	<b>8.968</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receitas financeiras	-	2.541
Despesas financeiras	<u>(4.383)</u>	<u>(4.897)</u>
	<b><u>(4.383)</u></b>	<b><u>(2.356)</u></b>
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b><u>(1.214)</u></b>	<b><u>6.612</u></b>

## 2.2 ***Continuidade operacional***

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia e suas controladas conseguirão cumprir suas obrigações de pagamentos, principalmente daqueles decorrentes de empréstimos bancários e obrigações na aquisição de investimentos, conforme descritas nas Notas Explicativas 15 e 16, respectivamente.

Os balanços patrimoniais da controladora e do consolidado em 31 de março de 2026 refletem passivos circulantes superiores aos ativos circulantes em R\$ 73.443 e R\$ 121.314, respectivamente (31 de dezembro de 2025 - R\$ 59.448 e R\$ 114.126, respectivamente). Adicionalmente, as informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2026 refletem prejuízos acumulados de R\$ 513.895 (R\$ 499.196 em 31 de dezembro de 2025).

Essa situação de liquidez e prejuízos acumulados é reflexo de parte significativa dos ativos da Companhia estar em estágio pré-operacional, especialmente os relacionados ao Projeto Morro do Pilar, além de compromissos de curto prazo relacionados aos valores a pagar pela aquisição da CNA (Obrigações na Aquisição de Investimentos), do pagamento gradual de fornecedores proveniente de docagens dos AHTS Haroldo Ramos (em 2023) e Geonísio Barroso (em 2024), bem como da mobilização para a docagem do AHTS Yvan Barreto realizada no quarto trimestre de 2024., eventos estes realizados mediante geração de caixa da Companhia, com pontuais contratações de empréstimos de curto prazo que não perfazem o montante investido nestes eventos citados e que tem sido frequentemente reestruturados em dívidas de longo prazo.

Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia vem renegociando com os seus principais credores dos valores a pagar pela aquisição da CNA obtendo o reescalonamento de seu passivo, tendo em 31 de março de 2026 parte significativa deste passivo renegociado em condições mais favoráveis em relação à dívida original. Essa estratégia financeira da Companhia, a execução de seu plano de negócios com foco em geração de caixa de suas atividades de navegação, combinada com a conversão de AFRMM em caixa livre, além de alternativas em avaliação pela Administração para o levantamento de capital adicional que podem inclusive considerar a renegociação e alongamento de dívidas já existentes, são medidas fundamentais para que suas atividades operacionais e pré-operacionais não sejam comprometidas.

Em março de 2026, uma parte da dívida não negociada foi considerada judicialmente extinta por caducidade, conforme posicionamento de assessores legais da Companhia, com base no código civil brasileiro, podendo ser cobrada apenas mediante judicialização. Tal conclusão embasa a baixa desta parcela de passivo pela Companhia, no montante de R\$ 2.012, que foi reconhecida como um ganho no resultado do período de 2026 (notas 16 e 28). Ao longo dos próximos períodos os demais valores poderão ser baixados na mesma dinâmica, à medida que forem legalmente considerados extintos.

Esses eventos e condições descritos acima indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Se a Companhia não tiver sucesso nas medidas descritas acima e, por consequência, condições de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos: (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis; e (ii) no cumprimento com certos passivos financeiros pelos valores reconhecidos em suas informações contábeis individuais e consolidadas.

### 3 Práticas contábeis materiais

#### Novas normas, revisões e interpretações

As novas normas e interpretações de normas que são efetivas para o período iniciado em primeiro de janeiro de 2026 não tiveram impacto nas informações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que outras normas já emitidas e que ainda não estão em vigor gerem impacto material nas informações contábeis de períodos subsequentes.

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
IFRS 18	Novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado	1º de janeiro de 2027
IFRS 7 e IFRS 9	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Emendas aos IFRS 7 e 9.	1º de janeiro de 2026
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

#### Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que podem afetar a aplicação de políticas contábeis materiais e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas, bem como nas notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas adotadas pela Administração.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Os principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são os mesmos adotados no fechamento anual de 31 de dezembro de 2025 e foram divulgados na Nota Explicativa 3 daquelas informações contábeis.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

### 4.1 Caixa e equivalentes de caixa (circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Caixa	11	11	21	15
Aplicação financeira	-	-	1.189	10.007
Conta corrente	3	2.492	21.114	16.853
<b>Circulante (*)</b>	<b>14</b>	<b>2.503</b>	<b>22.324</b>	<b>26.875</b>

(\*) Considerado como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos operacionais de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 referem-se a recursos disponíveis mantidos em caixa e equivalentes de caixa, aplicados em CDBs de instituições de primeira linha com liquidez diária e rendimentos de ao menos 100% do CDI. No período findo em 31 de março de 2026, a aplicação rendeu 5,2%.

### 4.2 Aplicação vinculada (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Aplicação vinculada (**)	-	-	3.771	5.477
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.771</b>	<b>5.477</b>

(\*\*) Vinculada às garantias de empréstimos (Nota Explicativa nº 16).

## 5 Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”)

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, e regulamentado pela Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, posteriormente alterada, inclusive pela Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023.

O AFRMM tem por finalidade custear os encargos decorrentes da intervenção da União no fomento e desenvolvimento da marinha mercante nacional e da indústria naval brasileira, constituindo-se em fonte principal de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), conforme legislação vigente.

A Companhia aufero o percentual de 40% (quarenta por cento) incidente sobre o valor do frete das operações de navegação interior realizadas por seus clientes, sendo os valores arrecadados vinculados exclusivamente à aplicação em atividades relacionadas à construção, docagem, reparo, manutenção de embarcações, bem como à amortização de financiamentos destinados à aquisição de tais ativos navais, nos termos do artigo 16 da Lei nº 14.789/2023.

As subvenções governamentais são reconhecidas contabilmente apenas quando há razoável certeza quanto ao cumprimento, por parte da Companhia, das condições a elas vinculadas, e quando há o efetivo recebimento dos respectivos recursos. Até que esses requisitos sejam atendidos, o valor é registrado no ativo e em contrapartida em conta específica do passivo não circulante, refletindo a natureza condicional do benefício.

O benefício decorrente do AFRMM é registrado no ativo e no passivo não circulante nos seguintes momentos conforme CPC 07:

- (i) registro da receita de frete com a formalização das operações no Sistema Mercante, sujeitas à análise da Receita Federal do Brasil;
- (ii) liberação dos recursos para a conta vinculada; e
- (iii) utilização dos recursos (saques) para projetos de construção, docagem, reparo e manutenção de embarcações, incluindo reembolsos de valores realizados com recursos próprios da Companhia.

Os montantes registrados no passivo à título de AFRMM são apropriados ao resultado de forma sistemática, ao longo da vida útil dos ativos financiados ou vinculados ao benefício. As subvenções para investimento não se sujeitam à incidência de tributos e são destinadas à constituição de reserva de lucros, até o limite do lucro líquido do exercício. Ressalte-se que tais valores estarão sujeitos à tributação caso lhes seja conferida destinação diversa daquela prevista na legislação aplicável.

A Administração da Companhia entende que não há riscos associados às subvenções governamentais registradas no passivo, uma vez que o reconhecimento contábil segue rigorosamente as disposições legais e os critérios de razoável certeza quanto ao cumprimento das condições estabelecidas para o recebimento e utilização dos recursos.

Os quadros abaixo apresentam nos períodos findos em 31 de março de 2026 e de 2025 as movimentações das rubricas relacionadas a AFRMM no balanço consolidado.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante		Não circulante	Não circulante
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM <sup>2</sup>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>16.021</b>	<b>20.397</b>	-	<b>207.997</b>
AFRMM gerado	-	-	6.457	6.457
Depósitos em conta vinculada	3.132	(3.132)	-	-
Jumborização capitalizada*	(4.663)	-	-	-
Rendimentos da conta vinculada	390	-	-	390
Ressarcimento Reparos	(1.016)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(34)	-	-	(34)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(4.924)
Transferência para curto prazo	-	6.457	(6.457)	-
<b>Saldo em 31/03/26</b>	<b>13.830</b>	<b>23.722</b>	-	<b>209.886</b>

\*Ressarcimento para a construção de novas embarcações.

- AFRMM para liberação de R\$ 23.722:** Refere-se aos valores provenientes da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que se encontram em processo de análise pela Receita Federal do Brasil. Após a conclusão dessa análise, os respectivos créditos serão liberados para a conta vinculada mantida no Banco do Brasil.
- AFRMM depositado em conta vinculada de R\$ 13.830:** São recursos financeiros já creditados na conta vinculada do Banco do Brasil, destinados exclusivamente à aquisição, construção, manutenção ou amortização de financiamentos de embarcações. A aplicação desses recursos está condicionada à aprovação prévia dos projetos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Subvenções governamentais a apropriar AFRMM de R\$ 209.896:** R\$ 171.578 corresponde aos valores efetivamente aplicados na aquisição, construção, manutenção ou pagamento de parcelas de financiamento de embarcações. Esses recursos são reconhecidos contabilmente como receita de subvenção, apropriada ao resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos financiados. R\$ 38,318 ainda não foram implementadas as condições estabelecidas para o reconhecimento como receita diferida.

	Contas do Ativo		Conta do passivo	
	Circulante	Não circulante	Não circulante	
	Depósitos de AFRMM em conta vinculada	AFRMM para liberação	AFRMM para liberação	Subvenções governamentais a apropriar - AFRMM
Saldo em 31/12/2024	<b>6.430</b>	<b>24.427</b>	-	<b>201.215</b>
AFRMM gerado	-	-	6.951	6.878
Depósitos em conta vinculada	7.992	(7.992)	-	-
Rendimentos da conta vinculada	169	-	-	169
Ressarcimento Reparos	(4.542)	-	-	-
Comissão BNDES 1% e Imposto e Renda	(65)	-	-	(82)
Reconhecimento no resultado	-	-	-	(5.141)
Outros (segregação estorno)	-	6.878	(6.951)	-
Saldo em 31/03/2025	<b>9.984</b>	<b>23.313</b>	-	<b>203.039</b>

Ressalta-se que o procedimento contábil adotado está em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis a subvenções e contas vinculadas. Ademais, a Nota Técnica nº 28/2025/CGFOM-DNAF-SNHN-MPOR, emitida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, oferece orientação administrativa específica para o setor, destacando que não há previsão legal para a devolução dos recursos fruídos da conta vinculada, no montante de R\$ 209.886, registrados no passivo não circulante. Esses recursos foram liberados e aplicados no curso ordinário das atividades da controlada CNA, em projetos previamente aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

## 6 Contas a receber de clientes

Em 31 de março de 2026, no consolidado, os valores de 5.583 e R\$ 7.187 (em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 5.162 e R\$ 18.363) referem-se aos negócios regulares das controladas CNA e Columbus Offshore, respectivamente. Em 31 de março de 2026 as suas operações contavam com quatro embarcações, totalizando uma frota de quatro embarcações ativas. O saldo consolidado inclui também a MLog no montante de R\$ 11.682 (em 31 de dezembro de 2025 R\$ 2.469).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Contas a receber de clientes	11.682	2.469	24.452	23.525
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(126)	(126)
	<b>11.682</b>	<b>2.469</b>	<b>24.326</b>	<b>23.399</b>

A provisão contempla 100% dos valores que estão ajuizados referentes a clientes antigos quando a Companhia não adotava práticas de apenas negociar com clientes que possuíam capacidade de crédito e garantias suficientes para mitigar o risco de crédito.

Na MLog 100% da receita é intragrupo e não há histórico de perdas. Na Columbus Offshore a receita é registrada conforme boletins de medição dos clientes, desta forma a perda histórica de receita nestes casos é insignificante. Na controlada CNA o histórico de perda é baixo, com exceções pontuais sem seguir padrões métricos tendo ocorrido a última ocorrência em 2020.

Os valores de contas a receber de clientes, têm o seguinte prazo de recebimento:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
Valores a vencer	11.682	2.469	23.844	23.133
<b>Valores vencidos:</b>				
Até 30 dias	-	-	482	266
Acima de 360 dias	-	-	126	126
	<b>11.682</b>	<b>2.469</b>	<b>24.452</b>	<b>23.525</b>

### Retenções contratuais

O saldo de retenções contratuais, refere-se a um percentual retido pelo cliente para fins de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas em caso de inadimplemento por parte da Companhia. Esses valores serão recebidos pela Companhia ao fim de cada contrato mediante comprovações realizadas. Historicamente a totalidade dos valores retidos é recebida.

## 7 Imposto de renda, contribuições e outros impostos a recuperar

### IR e CSLL a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>				
<b>Retidos na fonte</b>				
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	-	-	522	348
Imposto de renda sobre serviços prestados	-	-	12.413	12.919
CSLL sobre serviços prestados	-	-	1.989	1.703
<b>Créditos</b>			-	
IRPJ e CSLL a recuperar	113	111	154	225
	<b>113</b>	<b>111</b>	<b>15.078</b>	<b>15.195</b>

**Outros Impostos a recuperar**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Retidos na fonte</b>		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	1.005	1.102
INSS sobre serviços prestados	667	996
Outros	113	114
	<b>1.785</b>	<b>2.212</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Pedido de restituição</b>		
PIS e COFINS	5.108	5.108
<b>Créditos</b>		
PIS e COFINS sobre insumos	1.457	878
	<b>6.565</b>	<b>5.986</b>

Os valores registrados no ativo não circulante referem-se à restituição de tributos recolhidos a maior em importação em regime de admissão temporária de embarcação estrangeira, cujo valor quando recebido deverá ser repassado ao cliente tomador do serviço. A obrigação com o cliente está registrada na rubrica “outros passivos não circulantes”.

## 8 Investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos da controladora no período foi da seguinte forma:

<b>Investimentos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>Equivalência patrimonial 100%</b>	<b>Equivalência patrimonial 50%</b>	<b>31/03/2026</b>
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.015	(3.152)	-	27.863
Morro do Pilar Minerais S.A.	751.323	(386)	-	750.937
Companhia de Navegação da Amazônia <sup>3</sup>	189.866	7.583	-	197.449
<b>Saldo do investimento</b>	<b>972.204</b>	<b>4.045</b>	<b>-</b>	<b>976.249</b>
Columbus Offshore S.A. <sup>2</sup>	(14.283)	(4.199)	(7.622)	(26.104)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(19.339)	(3.278)	-	(22.617)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.648)	-	-	(1.648)
<b>Saldo da provisão para passivo a descoberto <sup>1</sup></b>	<b>(35.270)</b>	<b>(7.477)</b>	<b>(7.622)</b>	<b>(50.369)</b>
	<b>936.934</b>	<b>(3.432)</b>	<b>(7.622)</b>	<b>925.880</b>

<sup>1</sup> O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e Columbus Offshore.

<sup>2</sup> A diferença entre o valor do resultado da Columbus Offshore, além da participação de 50% de janeiro e fevereiro no valor de (R\$ 7.622), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 3.446).

<sup>3</sup> A diferença entre o valor do resultado da CNA é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 1, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 392).

As informações contábeis das controladas estão resumidas a seguir:

**BP - 31/03/2026**

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>Columbus Offshore</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Ativo circulante	116	18.853	1	69.583	49.640	633
Ativo não circulante	347.419	9.900	-	329.270	365.822	28.258
<b>Total do ativo</b>	<b>347.535</b>	<b>28.753</b>	<b>1</b>	<b>398.853</b>	<b>415.462</b>	<b>28.891</b>
Passivo circulante	1.195	2	1.645	163.066	55.540	20.989
Passivo não circulante	86.831	886	2	308.580	245.217	30.521
	<b>88.026</b>	<b>888</b>	<b>1.647</b>	<b>471.646</b>	<b>300.757</b>	<b>51.510</b>
Patrimônio líquido	259.509	27.865	(1.646)	(72.793)	114.705	(22.619)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>347.535</b>	<b>28.753</b>	<b>1</b>	<b>398.853</b>	<b>415.462</b>	<b>28.891</b>

**DRE - 31/03/2026**

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>Columbus Offshore</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Resultado bruto	-	-	-	(14.493)	5.252	15
Receitas (despesas) operacionais	(226)	(3.152)	-	1.994	6.229	(2.069)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(226)</b>	<b>(3.152)</b>	<b>-</b>	<b>(12.499)</b>	<b>11.481</b>	<b>(2.054)</b>
Resultado financeiro	(160)	-	-	(10.390)	(2.554)	(1.224)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(386)</b>	<b>(3.152)</b>	<b>-</b>	<b>(22.889)</b>	<b>8.927</b>	<b>(3.278)</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(953)	-
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(386)</b>	<b>(3.152)</b>	<b>-</b>	<b>(22.889)</b>	<b>7.974</b>	<b>(3.278)</b>

**DFC 31/03/2026**

	<u>Morro do Pilar</u>	<u>CDNC</u>	<u>Dutovias</u>	<u>Columbus Offshore</u>	<u>CNA</u>	<u>NSN</u>
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(255)	(726)	(2)	(127)	15.753	(3.018)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(731)	18.000	-	(1.305)	(6.447)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	(2.607)	726	2	15	(16.822)	(3.718)
<b>(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.593)</b>	<b>18.000</b>	<b>-</b>	<b>(1.417)</b>	<b>(7.516)</b>	<b>(7.536)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.595	-	-	2.613	10.579	7.585
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>2</b>	<b>18.000</b>	<b>-</b>	<b>1.196</b>	<b>3.063</b>	<b>49</b>

Para fins de comparação, apresentamos abaixo a movimentação dos investimentos no mesmo período findo em 31 de março de 2025:

Investimentos	31/12/2024	Equivalência patrimonial 100%	Equivalência patrimonial 50%	31/03/2025
Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	31.038	(1)	-	31.037
Morro do Pilar Minerais S.A.	748.663	(1.755)	-	746.908
Companhia de Navegação da Amazônia	169.729	4.140	-	173.869
<b>Saldo do investimento</b>	<b>949.430</b>	<b>2.384</b>	<b>-</b>	<b>951.814</b>
Asgaard Bourbon Navegação S.A.	(5.839)	-	(1.893)	(7.732)
Nova Sociedade de Navegação S.A.	(2.023)	(3.657)	-	(5.680)
Dutovias do Brasil S.A.	(1.649)	-	-	(1.649)
<b>Saldo da provisão para passivo a descoberto <sup>1</sup></b>	<b>(9.511)</b>	<b>(3.657)</b>	<b>(1.893)</b>	<b>(15.061)</b>
	<b>939.919</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(1.893)</b>	<b>936.753</b>

<sup>1</sup> O reconhecimento deste passivo deve-se ao fato de a Companhia ser solidária às dívidas das suas controladas Dutovias, NSN e Columbus Offshore.

<sup>2</sup> A diferença entre o valor do resultado da Columbus Offshore, além da participação de 50% no valor de (R\$ 1.893), existe a equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de (R\$ 273).

<sup>3</sup> A diferença entre o valor do resultado da CNA, é equivalência complementar que é efetuada para eliminar o resultado das embarcações afretadas em *intercompany* no valor de R\$ 4, e realização da mais valia quando da aquisição no valor de (R\$ 392).

As informações contábeis das controladas estão resumidas a seguir:

**BP - 31/12/2025**

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	Columbus Off.	CNA	NSN
<b>Ativo circulante</b>	3.661	133	1	53.818	56.406	8.015
<b>Ativo não circulante</b>	341.890	31.046	-	315.319	354.974	29.797
<b>Total do ativo</b>	<b>345.551</b>	<b>31.179</b>	<b>1</b>	<b>369.137</b>	<b>411.380</b>	<b>37.812</b>
<b>Passivo circulante</b>	1.028	1	1.647	139.690	65.557	17.397
<b>Passivo não circulante</b>	84.627	161	-	279.351	239.092	39.757
	<b>85.655</b>	<b>162</b>	<b>1.647</b>	<b>419.041</b>	<b>304.649</b>	<b>57.154</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	259.896	31.017	(1.646)	(49.904)	106.731	(19.342)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>345.551</b>	<b>31.179</b>	<b>1</b>	<b>369.137</b>	<b>411.380</b>	<b>37.812</b>

**DRE - 31/03/2025**

	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	Columbus Off.	CNA	NSN
<b>Resultado bruto</b>	-	-	-	2.658	1.656	-
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	(1.615)	(1)	-	(3.443)	4.565	(2.317)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(1.615)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(785)</b>	<b>6.221</b>	<b>(2.317)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	(140)	-	-	(3.274)	(1.277)	(1.340)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(1.755)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(4.059)</b>	<b>4.944</b>	<b>(3.657)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	-	-	-	-	(416)	-
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(1.755)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(4.059)</b>	<b>4.528</b>	<b>(3.657)</b>

DFC 31/03/2025	Morro do Pilar	CDNC	Dutovias	Columbus Off.	CNA	NSN
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de operacionais	(185)	-	-	8.839	12.902	(4.900)
Caixa e equivalentes de caixa utilizados nas atividades de investimentos	(1.097)	-	-	(3.572)	(3.611)	-
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das (utilizados nas) atividades de financiamentos	(2.322)	-	-	(4.324)	(9.407)	(6.820)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(3.604)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>943</b>	<b>(116)</b>	<b>(11.720)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.871	-	-	2.152	261	12.356
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>267</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.095</b>	<b>145</b>	<b>636</b>

Em 6 de fevereiro de 2026, a MLog S.A. celebrou contrato para aquisição da totalidade da participação detida pela Bourbon Offshore Marítima Ltda. na Asgaard Bourbon Navegação S.A.

A Operação foi submetida à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que proferiu decisão favorável sem restrições em 2 de março de 2026.

Transcorrido o prazo de 15 dias sem a interposição de recursos por terceiros ou membro do Tribunal do CADE, MLog e Bourbon concluíram os atos de fechamento da Operação em 20 de março de 2026.

## 9 Imobilizado

### Controladora

Custo	31/12/2025	Adição	31/03/2026
Imobilização em andamento	-	999	999
Embarcações	203.089	-	203.089
Móveis e Utensílios	912	-	912
Equipamentos de informática	615	-	615
Equipamentos de comunicação	502	-	502
Obras de arte	97	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	115
	<b>205.330</b>	<b>999</b>	<b>206.329</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>		
Embarcações	<b>7%</b>	(105.629)	(114.412)
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(909)	(909)
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(616)	(633)
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(158)	(158)
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(115)	(115)
		<b>(107.427)</b>	<b>(116.227)</b>
<b>Imobilizado, líquido</b>		<b>97.903</b>	<b>90.102</b>

Custo	31/12/2024	Adição	31/03/2025
Imobilização em andamento	7.761	3.045	10.806
Embarcações	187.125	-	187.125
Móveis e Utensílios	912	-	912
Equipamentos de informática	615	-	615
Equipamentos de comunicação	152	-	152
Obras de arte	97	-	97
Benfeitorias em bens de terceiros	115	-	115
	<b>196.777</b>	<b>3.045</b>	<b>199.822</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>		
Embarcações	<b>7%</b>	(72.239)	(7.128)
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(887)	(2)
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(612)	-
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(152)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(115)	-
		<b>(74.005)</b>	<b>(7.130)</b>
		<b>(74.005)</b>	<b>(81.135)</b>

O valor de R\$ 3.045, em imobilizado em andamento, refere-se à embarcação Yvan Barretto que se encontrava em docagem.

## Consolidado

Custo	31/12/2025	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2026
Imobilização em andamento	39.085	6.181	(1.498)	-	43.768
Obras de arte	97	-	-	-	97
Terrenos	30.480	-	828	(21.146)	10.162
Imóveis	1.645	-	40	-	1.685
Edificações	318	-	-	-	318
Máquinas e Equipamentos	5.348	30	630	-	6.008
Móveis e Utensílios	1.607	5	-	-	1.612
Equipamentos de informática	1.051	-	-	-	1.051
Equipamentos de comunicação	1.216	-	-	-	1.216
Embarcações	432.410	-	-	(2.420)	429.990
Veículos	518	-	-	(192)	326
Benfeitorias em bens de terceiros	20.057	-	-	-	20.057
	<b>533.832</b>	<b>6.216</b>	<b>-</b>	<b>(23.758)</b>	<b>516.290</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>				
Edificações	<b>4%</b>	(166)	(3)	-	(169)
Máquinas e Equipamentos	<b>10%</b>	(4.859)	(44)	-	(4.903)
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(1.459)	(6)	-	(1.465)
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(877)	(18)	-	(895)
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(840)	(12)	-	(852)
Embarcações	<b>5% a 7%</b>	(235.085)	(11.562)	-	2.350
Veículos	<b>20%</b>	(518)	-	-	192
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(7.080)	(985)	-	-
		<b>(250.884)</b>	<b>(12.630)</b>	<b>-</b>	<b>2.542</b>
		<b>(250.884)</b>	<b>(12.630)</b>	<b>-</b>	<b>(260.972)</b>
Imobilizado, líquido	<b>282.948</b>	<b>(6.414)</b>	<b>-</b>	<b>(21.216)</b>	<b>255.318</b>

Das adições totais de R\$ 6.216, em “Imobilização em andamento”, R\$ 999 que está na controladora referem-se R\$ 543 à embarcação Geoniso Barroso, R\$ 466 à embarcação Yvan Barreto decorrentes a revisão geral, e R\$ 5.182 na CNA referem-se à modernização da frota em andamento.

Custo	31/12/2024	Adições	Transferências	31/03/2025
Imobilização em andamento	19.293	6.637	(2.243)	23.687
Obras de arte	97	-	-	97
Terrenos	30.480	-	-	30.480
Imóveis	1.645	-	-	1.645
Edificações	318	-	-	318
Máquinas e Equipamentos	5.482	18	-	5.500
Móveis e Utensílios	1.682	-	-	1.682
Equipamentos de informática	1.054	-	-	1.054
Equipamentos de comunicação	1.003	2	-	1.005
Embarcações	442.338	-	2.243	444.581
Veículos	619	-	-	619
Benfeitorias em bens de terceiros	7.872	3.572	-	11.444
	<b>511.883</b>	<b>10.229</b>	<b>-</b>	<b>522.112</b>
<b>Depreciação</b>	<b>Taxa</b>			
Edificações	<b>4%</b>	(155)	(3)	-
Máquinas e Equipamentos	<b>10%</b>	(4.730)	(66)	-
Móveis e Utensílios	<b>10%</b>	(1.488)	(9)	-
Equipamentos de informática	<b>20%</b>	(868)	(2)	-
Equipamentos de comunicação	<b>20%</b>	(913)	(14)	-
Embarcações	<b>5% a 7%</b>	(207.346)	(9.764)	-
Veículos	<b>20%</b>	(619)	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	<b>22%</b>	(4.259)	(296)	-
		<b>(220.378)</b>	<b>(10.154)</b>	<b>-</b>
Imobilizado, líquido	<b>291.505</b>	<b>75</b>	<b>-</b>	<b>291.580</b>

O valor de R\$ 3.045 em imobilizado em andamento refere-se à embarcação Yvan Barreto que se encontrava em docagem; e, o valor de 3.592 na CNA refere-se à modernização, em andamento, da frota.

A Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável de seus ativos na data base de 31 de dezembro de 2025. No período de 2026 não foram identificados indicativos de *impairment*.

**Bens em garantia:**

- Embarcação Asgaard Sophia alienada fiduciariamente em garantia das obrigações assumidas pela obrigação de investimento na aquisição da CNA

- Imóvel de propriedade da CNA situado à Rua Professor Nelson Ribeiro, nº 307, Telégrafo, Belém, inscrito na matrícula 441 e 442: penhora na execução fiscal nº 0000284-58.2004.8.14.0301 (antigo nº 200410009995) e execução Fiscal de nº 0020201-92.2004.8.14.0301, sendo que neste último processo houve trânsito em julgado em favor da CNA e a desobstrução do imóvel está sendo providenciada.

## 10 Intangível

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos intangíveis, incluindo ágio, no final do exercício de 2025. Vale ressaltar que até 31 de março de 2026 não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável (*impairment*). No caso dos ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, que não estão sujeitos à amortização, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade, não tendo identificado a necessidade de *impairment* no exercício anterior.

A Companhia considera, para efeito de unidades geradoras de caixa:

- 1) A CNA como unidade única geradora de caixa, pois seus ativos podem conter múltiplos arranjos e combinações de composições para cumprir os contratos de transporte de granéis líquidos combustíveis, fonte geradora de receita.
- 2) Na Columbus Offshore consideramos cada embarcação própria uma Unidade Geradora de Caixa (seja da MLog ou da CNA no caso do Asgaard Sophia), dado que individualmente estas embarcações têm contratos vinculantes que por si só geram receita.
- 3) No Morro do Pilar, considera-se o projeto todo como uma única unidade geradora de caixa.

### Consolidado

Custo	31/12/2024	Adições	31/03/2026
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	303.606	665	304.271
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.393	-	1.393
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	<b>850.892</b>	<b>665</b>	<b>851.557</b>
<b>Amortização</b>	<b>Taxa</b>		
Sistema de gestão (ERP)	<b>20%</b>	(4)	(1.394)
Softwares	<b>20%</b>	-	(930)
		<b>(4)</b>	<b>(2.324)</b>
	<b>848.572</b>	<b>661</b>	<b>849.233</b>
	<b>848.572</b>	<b>661</b>	<b>849.233</b>
Custo	31/12/2023	Adições	31/03/2025
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direitos de prospecção (i)	299.934	771	300.705
Gastos na fase de licenciamento	6.404	-	6.404
Sistema de gestão (ERP)	1.393	-	1.393
Softwares	930	-	930
Intangível adquirido em combinação de negócios (ii)	472.791	-	472.791
Ágio na aquisição (iii)	65.768	-	65.768
	<b>847.220</b>	<b>771</b>	<b>847.991</b>
<b>Amortização</b>	<b>Taxa</b>		
Sistema de gestão (ERP)	<b>20%</b>	(9)	(1.354)
Softwares	<b>20%</b>	-	(930)
		<b>(9)</b>	<b>(2.284)</b>
	<b>844.945</b>	<b>762</b>	<b>845.707</b>
	<b>844.945</b>	<b>762</b>	<b>845.707</b>

- (i) Esses itens, em linha com o IFRS 6 - *Exploration For and Evaluation of Mineral Rights*, referem-se a gastos incorridos pela Companhia com atividades de exploração e avaliação do seu Projeto de minério de ferro Morro do Pilar, tais como sondagens geológicas, estudos ambientais, teste de qualidade e demais custos afetos a comprovação da qualidade e extensão dos direitos minerários.

- (ii) O saldo de intangível adquirido em combinação de negócios, referente ao excedente pago quando da aquisição da MOPI, alocado aos direitos minerários adquiridos, líquido de *impairment*.
- (iii) A rubrica ágio na aquisição é referente a expectativa de rentabilidade futura, registrada quando da aquisição da CNA.

## 11 Outros impostos a recolher

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025, os saldos de outros impostos a recolher são demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Passivo circulante</b>				
ISS a recolher	-	-	61	956
PIS, COFINS e Contribuição Social retidos	90	85	234	247
PIS a recolher	1.495	1.503	3.023	2.965
COFINS a recolher	7.005	7.043	14.160	14.332
Parcelamento de tributos federais	2.457	1.930	23.798	17.281
Parcelamento de ISS	-	-	37	40
ICMS a recolher	-	-	136	176
INSS Folha	57	-	208	1.601
INSS de terceiros	-	-	136	11
Encargos sobre impostos a recolher	3.275	3.364	6.426	6.538
	<u>14.379</u>	<u>13.925</u>	<u>48.219</u>	<u>44.147</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Parcelamento de tributos federais	8.956	8.013	49.037	43.462
Parcelamento de ISS	-	-	91	99
	<u>8.956</u>	<u>8.013</u>	<u>49.128</u>	<u>43.561</u>
	<u>23.335</u>	<u>21.938</u>	<u>97.347</u>	<u>87.708</u>

O parcelamento de tributos federais abrange IRRF, INSS sobre a folha, IOF, PIS, COFINS e Contribuição Social, serão liquidadas em até 60 (sessenta) parcelas, conforme autorizações fiscais vigentes, e estão segregadas com base no seu vencimento contratual em curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (acima de 12 meses).

O ISS foi parcelado em 84 (oitenta e quatro) prestações.

O aumento do saldo em 31 de março de 2026 em comparação com 31 de dezembro de 2025 decorre da formalização de novos parcelamentos e do reconhecimento de parcelas cujo vencimento está previsto para períodos posteriores a 12 (doze) meses, refletindo maior volume de passivos classificados como não circulantes.

## 12 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2026, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia é da ordem de R\$ 585 milhões (R\$ 582 milhões em 31 de dezembro de 2025), e no consolidado R\$ 1.098 milhões (R\$ 1.078 milhões em 31 de dezembro de 2025), sobre o qual a Administração não registra o imposto de renda e a contribuição social diferidos, tendo em vista a ausência de histórico de lucratividade em suas operações e, nesse momento, pela falta de expectativa de rentabilidade futura.

A reconciliação entre a alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.680)	(7.469)	(21.349)	(8.946)
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	4.991	2.539	7.259	3.042
Efeitos de adições e exclusões				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.758)	(1.076)	-	-
Diferenças permanentes (ii)	(409)	(263)	137	1.400
	<u>824</u>	<u>1.200</u>	<u>7.396</u>	<u>4.442</u>
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	448	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados:				
Diferenças temporárias (i)	(2)	(379)	(1.722)	3.694
Não constituição de ativo diferido pela falta de expectativa de rentabilidade futura	(913)	(872)	(7.094)	(8.706)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(91)</u>	<u>(51)</u>	<u>(972)</u>	<u>(467)</u>
Alíquota efetiva	0,6%	0,7%	4,6%	5,2%

(i) As diferenças temporárias referem-se basicamente a constituição e/ou reversão de provisões operacionais, variação cambial não realizada e provisões para contingências.

(ii) No consolidado, as diferenças permanentes compreendem, basicamente, o AFRMM não tributado para fins de contribuição social.

O imposto de renda diferido passivo refere-se a ganho registrado contabilmente em períodos anteriores e tributável em períodos futuros com base em sua realização financeira. Esse ganho é decorrente da renegociação da dívida relativa à aquisição da CNA.

Abaixo a movimentação:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>(3.920)</b>	<b>(3.920)</b>
Passivo - Constituição	-	-
Passivo - Realização	(19)	(19)
<b>Saldo em 31/03/2026</b>	<b>(3.939)</b>	<b>(3.939)</b>
Passivo Circulante	(483)	(483)
Passivo não circulante	(3.456)	(3.456)
<b>Efeito no resultado</b>	<b>(19)</b>	<b>(19)</b>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>(4.367)</b>	<b>(4.367)</b>
Passivo - Realização	(51)	(51)
<b>Saldo em 31/03/2025</b>	<b>(4.418)</b>	<b>(4.418)</b>
Passivo Circulante	(585)	(585)
Passivo não circulante	(3.833)	(3.833)
<b>Efeito no resultado</b>	<b>(51)</b>	<b>(51)</b>

## 13 Partes relacionadas

### Transações entre partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas na data dessas informações contábeis individuais e consolidadas estão relacionados abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Ativo</b>				
Patrícia Tendrich Pires Coelho (i)	1.055	987	1.055	987
Maverick Holding S.A. (ii)	2.265	2.118	2.265	2.118
Morro do Pilar Minerais S.A. (iii)	81.248	80.704	-	-
Bourbon Offshore Marítima	-	-	-	20
<b>Total do não circulante ativo</b>	<b>84.568</b>	<b>83.809</b>	<b>3.320</b>	<b>3.125</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Não Circulante</b>				
Companhia de Navegação da Amazônia	131.396	141.962	-	-
Columbus Offshore S.A.	123.897	114.423	-	-
Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba	10.000	10.000	-	-
NSN - Nova Sociendade de Navegação S.A.	23.573	23.380	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	-	250
<b>Total do passivo não circulante (iv)</b>	<b>288.866</b>	<b>289.765</b>	<b>-</b>	<b>250</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>288.866</b>	<b>289.765</b>	<b>-</b>	<b>250</b>

- (i) O mútuo entre a MLog e a Patrícia Tendrich Pires Coelho (detentora de participação indireta na Companhia) no valor de R\$ 1.055 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante.
- (ii) O mútuo entre a MLog e Maverick Holding S.A. (acionista da MLog) no valor de R\$ 2.265 é corrigido à taxa de CDI mais 5% ao ano. Em função da ausência de data de vencimento esse saldo está registrado no não circulante.
- (iii) Em 11 de setembro de 2020, foi proferida sentença julgando extinta a execução, sem resolução de mérito, do processo judicial com a empresa Boa Sorte Ltda., tendo em vista a divergência entre as partes em relação ao valor devido e a existência de Cláusula de Convenção Arbitral. Em 03 de agosto de 2022 foi assinado um acordo para resolução deste litígio mediante pagamento de valor acordado entre as partes, com parcelamento vigente até 2028. O montante inicial de R\$ 22.202, antes registrado em provisões, atualmente encontra-se registrado em contas a pagar da controladora, tendo sido pago R\$ 16.106 até 31 de março de 2026, restando o saldo de R\$ 6.096 a pagar. Considerando que o montante a ser pago quita a aquisição de direitos minerários atualmente registrado na MOPI, constitui-se um ativo recebível na controladora como contrapartida da quitação desse ativo intangível a ser realizada pela MOPI.
- (iv) A controladora apresenta passivos não circulantes com suas controladas CNA, Columbus Offshore, CDNC e NSN. Na CNA o valor, refere-se a Notas Promissórias e Mútuos utilizados para gestão de caixa conjunto, incluído o passivo constituído nas ocasiões de pagamentos de parcelas de financiamentos da controladora com BNDES por meio de crédito de AFRMM gerados pela CNA. No caso da Columbus Offshore refere-se às Notas promissórias para gestão de caixa conjuntas. Na CDNC trata-se de Nota Promissória com vencimento para 10 anos utilizada para aumento de capital. Todas as Notas Promissórias entre as empresas do grupo são remuneradas aos juros de 10% ao ano sem vencimento estabelecido. Já com a NSN, trata-se da manutenção administrativa desta empresa até que ela esteja em ponto operacional como afretadora de ativos, fato previsto para até o final do ano de 2027.

Adicionalmente, a Maverick Holding, é avalista da totalidade da dívida referente à aquisição da CNA. A existência deste aval foi fundamental para a conclusão da operação e a Maverick Holding optou por não cobrar à Companhia por esta garantia.

**Receitas (despesas) financeiras**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Patrícia Tendrich Pires Coelho	69	47	69	47
Maverick Holding S.A.	147	102	147	102
Asgaard Navegação S.A.	(361)	(261)	-	-
Bourbon Offshore Marítima S.A.	-	-	(1)	(1)
Companhia de Navegação da Amazônia	(426)	(420)	-	-
Morro do Pilar Minerais S.A.	240	140	-	-
NSN - Nova Sociedade de Navegação S.A.	(70)	(69)	-	-
Fjords Limited	-	(20)	-	(19)
	<b>(401)</b>	<b>(481)</b>	<b>215</b>	<b>129</b>

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 31 de março de 2026 está demonstrada abaixo:

	<b>Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba</b>	<b>Dutovias do Brasil S.A.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2025	163	-	<b>163</b>
Recursos remetidos	726	2	<b>728</b>
Saldos em 31/03/2026	<b>889</b>	<b>2</b>	<b>891</b>

\*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

A movimentação dos adiantamentos para futuros aumentos de capital em 31 de março de 2025 está demonstrada abaixo:

	<b>Morro do Pilar Minerais S.A.</b>	<b>Cia de Desenvolvimento do Norte Capixaba</b>	<b>Dutovias do Brasil S.A.</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31/12/2024	3.491	74	3	<b>3.568</b>
Saldos em 31/03/2025	<b>3.491</b>	<b>74</b>	<b>3</b>	<b>3.568</b>

\*A capitalização desses saldos ocorre anualmente, quando da realização das Assembleias Gerais Ordinárias das subsidiárias.

### **Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do Conselho de Administração como pessoal-chave da Administração. Em 31 de março de 2026, a remuneração desses diretores e membros do Conselho de Administração foi, respectivamente, de R\$ 180 e R\$ 626 (R\$ 122 e R\$ 761 respectivamente, em 31 de março de 2025).

A remuneração global da Administração, para o período de 01 de maio de 2026 a 30 de abril de 2027, em até R\$ 8.800, foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, conforme previsão orçamentária.

## **14 Fornecedores**

O saldo consolidado de R\$ 41.471 em 31 de março de 2026 (R\$ 38.934 em 31 de dezembro de 2025), no passivo circulante e não circulante, refere-se basicamente aos fornecedores de serviços e materiais utilizados pelas empresas do Grupo em suas operações, com incremento que comporta o custo de fornecedores contratados entre os meses de maio e junho de 2025 para as atividades de docagem de classe do AHTS Geonísio Barroso e a preparação e início de importação de peças para a docagem do AHTS Yvan Barretto ocorrida em dezembro de 2024 e mobilizações necessárias para início dos contratos dos AHTS Yvan Barretto e Geonísio Barroso no primeiro semestre de 2025 e manutenção das embarcações.

## 15 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa de juros nominal (a.a.)	Saldo em 31/12/2025	Captação	Juros passivos	Juros pagos	Liquidações	Saldo 31/03/2026	Circulante	Não circulante
FIDC (i)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.950	-	959	(951)	(4.583)	51.375	20.820	30.555
FIDC (i)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.950	-	958	(951)	(4.584)	51.373	20.817	30.556
Banco Pine (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	35.027	-	1.317	(1.250)	-	35.094	12.344	22.750
<b>Total Controladora</b>			<b>146.927</b>	<b>-</b>	<b>3.234</b>	<b>(3.152)</b>	<b>(9.167)</b>	<b>137.842</b>	<b>53.981</b>	<b>83.861</b>
C6 (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	27.384	4.000	2.790	(1.470)	(3.279)	29.425	18.856	10.569
Quatá (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	12.143	10.000	849	(848)	(1.865)	20.279	15.228	5.051
Banco do Brasil (v)	Capital de giro	Pós-Fixada	19.976	-	356	(356)	(1.476)	18.500	9.195	9.305
Banco BMG (v)	Capital de giro	Pós-fixada	17.318	-	748	(814)	(1.773)	15.479	9.891	5.588
Banco ABC (v1)	Capital de giro	Pós-Fixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Consolidado</b>			<b>223.748</b>	<b>14.000</b>	<b>7.977</b>	<b>(6.640)</b>	<b>(17.560)</b>	<b>221.525</b>	<b>107.151</b>	<b>114.374</b>

\*Os empréstimos são denominados em reais, com remuneração a taxas variadas. Os empréstimos com taxas pós-fixadas têm sua remuneração atrelada ao CDI adicionados de *spread*.

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, em dezembro de 2024, houve a reestruturação da dívida com a acionista Fjords, que integralizou cotas subordinadas do FIDC, através da transferência de Notas Comerciais Escriturais (“Segunda Emissão”) emitidas pela Companhia e integralizadas pela própria Fjords, no montante de R\$ 55.000. Também em dezembro de 2024, a Companhia emitiu Notas Comerciais Escriturais (“Primeira Emissão”) no montante de R\$ 55.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FIDC.

As Notas Comerciais têm prazo de 48 (quarenta e oito) meses, sendo os 12 (doze) meses iniciais de carência para a amortização de principal, amortizando nestes meses apenas os juros. A partir do 13º mês, a Companhia passa a amortizar o principal acrescido de juros remuneratórios. O custo desta captação segue em linha com o custo das demais dívidas, sendo composto de CDI adicionado de *spread*. Existem *covenants* financeiros e não financeiros atrelados a esta captação, sendo os financeiros com medição iniciada em dezembro de 2024 de forma menos abrangente, e de forma mais ampla a partir de junho de 2025. Os *covenants* medidos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de março de 2026 ou foram cumpridos pela Companhia ou tiveram a liberação de cumprimento por parte do credor. Em relação às obrigações não financeiras, como envios mensais de informações, estas vêm sendo cumpridas desde 31 de dezembro de 2024. Esta operação tem como garantia recebíveis na embarcação Asgaard Sophia, além de valores depositados em conta garantida.

Esta captação teve seu fluxo direcionado (i) à reestruturação da dívida da Companhia com a parte relacionada Fjords (Nota Explicativa nº 14), (ii) a amortização de parte do saldo credor de recebíveis adiantados junto ao Banco Sifra, visando a redução do custo desta dívida e seu alongamento; e (iii) a realização de investimentos necessários na adaptação das embarcações para novos contratos já assinados.

- (ii) Em 21 de julho de 2025, a Companhia contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 35.000 junto à instituição bancária Banco Pine, sendo realizado em duas liberações. A primeira de R\$ 20.000 na assinatura do contrato, e a segunda de R\$ 15.000 após o registro de alienação fiduciária da embarcação Yvan Barretto. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o recebimento do contrato com a Petrobras da embarcação Yvan Barretto. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 46 (quarenta e seis) meses.
- (iii) Em 28 de outubro de 2024, a NSN, controlada da MLog contraiu um empréstimo junto à instituição bancária Banco C6, no valor R\$ 30.124 (sendo R\$ 25.500 em Notas Comerciais e R\$ 4.624 em empréstimo junto à referida instituição bancária), e, em 28 de fevereiro de 2025, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.178 (sendo R\$ 5.000 em Notas Comerciais e R\$ 5.178 em empréstimo junto à referida instituição bancária) com prazo de duração de 30 (trinta) meses, tendo sua remuneração atrelada ao CDI mais *spread*. Os valores em 31 de dezembro de 2025 estão classificados no passivo circulante, no montante de R\$ 15.308, e no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.439. Em 06 de março de 2026, a NSN contraiu um novo empréstimo (nota comercial) de longo prazo no valor de R\$ 4.000. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Haroldo Ramos. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de 19 meses. Esta captação tem como garantia os recebíveis da empresa ligada Columbus Offshore em contratos de longo prazo, com cobertura significativamente superior ao seu montante e sem *covenants* financeiros, tendo apenas a obrigação de manutenção de valor referente a 20% (vinte por cento) do montante devido em conta garantia (R\$ 3.771 em 31 de março de 2026 conforme Nota Explicativa nº 4.2), obrigação esta que vem sendo cumprida pela Companhia.

- (iv) Em 15 de abril de 2025, a CNA, controlada da MLog, possui captação de giro com a instituição financeira Quatá. Foram duas operações, sendo uma de R\$ 5.000 e outra de R\$ 10.000, pós-fixadas utilizando o contrato da Petrobrás da Columbus Offshore, embarcação Geonísio Barroso, como garantia.  
O crédito foi captado em 15 de abril de 2025, as parcelas vencem todo dia 30 e a liquidação total da operação ocorrerá em 30 de abril de 2027.  
Em 12 de fevereiro de 2026, a CNA, controlada da MLog, realizou uma captação de giro de R\$ 10 milhões com a instituição financeira Quatá. A taxa de juros foi pós-fixada, sendo 6,5% a.a. + CDI. A garantia utilizada foi o contrato da Petrobrás da Columbus Offshore, embarcação Geonísio Barroso. As parcelas vencem todo dia 15 e a liquidação total da operação ocorrerá em 11 de fevereiro de 2028.
- (v) Em 4 de fevereiro de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 14.000 e, em 11 de agosto de 2025, contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 11.000, junto à instituição bancária Banco do Brasil. Estas captações de recursos têm como propósito custear novos projetos da controlada, e as garantias utilizadas foram as embarcações Gabriela, Argelim, Acapu, Rio Puruê, Rio Grande, Rio Araguaia, M-501 e M-502. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. Parte do crédito (R\$5.000) vence em 12 (doze) meses, e o restante (R\$6.000) em 48 (quarenta e oito) meses.
- (vi) Em 16 de maio de 2025, a CNA, controlada da MLog, contraiu um empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 9.500 e em 26 de setembro de 2025 contraiu outro empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 10.400, junto à instituição bancária BMG. Esta captação de recursos tem como propósito alavancar o fluxo de caixa da controlada, e as garantias utilizadas foram uma fiança concedida pela controlada MLog e a cessão fiduciária de recebíveis decorrentes do contrato de prestação de serviços de transporte fluvial com a Petrobras. Não existem obrigações de acompanhamento de obrigações financeiras ou não financeiras. O valor de R\$ 9.500 tem a duração de 24 (vinte e quatro) meses e o valor de R\$ 10.400 tem a duração de 19 (dezenove) meses.
- (vii) A controlada Columbus Offshore figura como terceiro garantidor do empréstimo tomado pela CNA junto ao Banco ABC. Tal garantia se deu por meio da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Columbus Offshore, relativos ao contrato de prestação de serviços ao seu cliente Petrobras. O empréstimo foi liquidado no mês de março de 2025.

#### **Cláusulas restritivas:**

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com garantias que não contêm cláusulas contratuais restritivas financeiras (“*covenants*”) para os contratos onde há menção sobre as mesmas acima. Há cláusulas restritivas com as instituições Basa, ABC, FIDC Strata e Banco do Brasil, que contêm obrigações acessórias de envio de informações e manutenção de contas movimento para seu faturamento garantidor de operações de crédito, bem como a obrigação de manutenção de valor referente a 23,53% do montante devido em conta garantida do empréstimo e financiamento mantido pela controlada NSN junto à instituição C6. Todas as cláusulas restritivas que tangem ao depósito de saldo mínimo encontram-se plenamente cumpridas em 31 de março de 2026. Havia cláusulas restritivas de ordem não financeira (índices) não cumpridos e com liberação por parte do credor.

O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
2026	39.134	48.219	80.961	92.267
2027	50.222	50.222	83.852	76.197
2028 em diante	48.486	48.486	56.712	55.284
	<b>137.842</b>	<b>146.927</b>	<b>221.525</b>	<b>223.748</b>

Para fins de comparação, abaixo a movimentação em 31 de dezembro 2025:

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Taxa de juros nominal (a.a.)*</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>Captação</b>	<b>Variação cambial</b>	<b>Juros passivos</b>	<b>Juros pagos</b>	<b>Pagamentos de principal</b>	<b>Saldo 31/12/2025</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
BNDES (i)	Financiamento	Pré-fixada	8.073	-	220	684	(684)	(8.293)	-	-	-
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	<b>55.950</b>	19.284	36.666
FIDC (ii)	Capital de giro	Pós-Fixada	55.000	-	-	12.995	(12.045)	-	<b>55.950</b>	19.284	36.666
Banco Pine (iii)	Capital de giro	Pós-Fixada	-	35.000	-	1.998	(1.971)	-	<b>35.027</b>	9.651	25.376
<b>Total Controladora</b>			<b>118.073</b>	<b>35.000</b>	<b>220</b>	<b>28.672</b>	<b>(26.745)</b>	<b>(8.293)</b>	<b>146.927</b>	<b>48.219</b>	<b>98.708</b>
C6 (iv)	Capital de giro	Pós-Fixada	28.847	10.176	-	6.070	(6.070)	(11.639)	<b>27.384</b>	14.945	12.439
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	15.109	10.879	-	1.002	(1.483)	(25.507)	-	-	-
Sifra (v)	Capital de giro	Pré-fixada	5.890	5.144	-	-	-	(11.034)	-	-	-
Quatá (vi)	Capital de giro	Pós-Fixada	7.336	15.000	-	1.710	(1.709)	(10.194)	<b>12.143</b>	9.282	2.861
Banco do Brasil (vii)	Capital de giro	Pós-Fixada	822	25.000	-	1.132	(1.097)	(5.881)	<b>19.976</b>	10.067	9.909
Banco BMG (viii)	Capital de giro	Pós-fixada	-	19.900	-	1.048	(1.078)	(2.552)	<b>17.318</b>	9.754	7.564
Banco ABC (ix)	Capital de giro	Pós-Fixada	433	-	-	10	(11)	(432)	-	-	-
<b>Total Consolidado</b>			<b>176.510</b>	<b>121.099</b>	<b>220</b>	<b>39.644</b>	<b>(38.193)</b>	<b>(75.532)</b>	<b>223.748</b>	<b>92.267</b>	<b>131.481</b>

## 16 Obrigações na aquisição de investimentos

Esta conta é referente a obrigações de pagamento assumidas quando da aquisição da totalidade das ações da controlada CNA.

O Grupo Libra, credor destas obrigações na aquisição de investimentos e responsável por potenciais passivos da CNA, encontra-se em Recuperação Judicial. O crédito do Grupo Libra junto à MLog era parte de seu Plano de Recuperação Judicial aprovado. Conforme Plano de Recuperação Judicial aprovado, o Grupo Libra efetuou dação em pagamento aos seus credores originais destas Obrigações na aquisição de Investimentos devida pela MLog. O Instrumento de Dação em Pagamento do Grupo Libra aos seus credores continha cláusula suspensiva que vinculava a efetivação desta dação à aprovação da MLog, ocorrida em janeiro de 2020. Com esta aprovação, os credores originários do Grupo Libra passaram a ser credores destas obrigações. Os bancos Bradesco (29,3%) e Itaú (36,5%) perfazem aproximadamente 65% do total desses créditos.

Em adição a todas as negociações já feitas desde a aquisição do investimento, abaixo demonstramos as mais recentes:

- Em 22 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Lucio Paulo dos Santos, cujos pagamentos ocorreram em três parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2024. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 3, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais. (Nota Explicativa 28).
- Em 15 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a assinatura do instrumento de confissão de dívida celebrado com o Gustavo Sanchez Asdourian, cujos pagamentos ocorrerão em oito parcelas com o pagamento da última vencendo em 29 de abril de 2025. Este acordo auferiu um ganho de R\$ 6, registrado na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais. (Nota Explicativa 28).
- Em dezembro de 2024 restava pendente não reclamado de confissão de dívida por partes terceiras o valor de R\$ 3.727. A Companhia obteve um parecer junto aos seus assessores legais para a baixa gradual do saldo pendente de confissão de dívida superior a 5 (cinco) anos. Em 31 de dezembro de 2024 foi baixado o valor de R\$ 1.801 e haverá baixas graduais futuras até 2027. Em dezembro de 2025 foi baixado o valor de R\$ 796. Em março de 2026 foi baixado R\$ 110 totalizando o valor de R\$ 2.707 em baixas. As baixas serão graduais, obedecendo ao cronograma de apuração de AFRMM, gerado pela CNA. A baixa decorre da impossibilidade de cobrança administrativa direta pelos credores, cuja recuperação depende do trânsito em julgado das respectivas ações judiciais.

Na aquisição da CNA, o Grupo Libra assumiu contratualmente perante a Companhia a responsabilidade pelo pagamento de passivos de natureza diversas existentes na CNA até a data de sua aquisição, no valor de R\$ 5 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024).

O quadro abaixo apresenta a movimentação da dívida na data dessas informações contábeis individuais e consolidadas:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2025	Juros, Multas e Adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 31/03/2026	Circulante	Não circulante
Parcela Original	133.817	308	(110)	-	<b>134.015</b>	-	-
Acordo com credor	(87.973)	193	-	(274)	<b>(88.054)</b>	13.480	32.481
	<b>45.844</b>	<b>501</b>	<b>(110)</b>	<b>(274)</b>	<b>45.961</b>	<b>13.480</b>	<b>32.481</b>

Segue para fins comparativos a movimentação no período findo em 31 de março de 2025:

Composição do preço de aquisição	Saldo em 31/12/2024	Juros, Multas e Adições	Caducidade da dívida	Liquidações	Saldo em 31/03/2025	Circulante	Não circulante
Parcela Original	133.516	234	(101)	-	<b>133.649</b>	-	-
Acordo com credor	(83.807)	1.056	-	(2.116)	<b>(84.867)</b>	12.721	36.061
	<b>49.709</b>	<b>1.290</b>	<b>(101)</b>	<b>(2.116)</b>	<b>48.782</b>	<b>12.721</b>	<b>36.061</b>

## 17 Processos do contencioso judiciais e administrativos

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas Columbus Offshore, CNA e MOPI são partes em determinadas ações judiciais. Os processos judiciais categorizados com chances prováveis de perda estão registrados contabilmente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19.

Segue abaixo tabela com o valor total das outras causas judiciais as quais os assessores legais avaliam o prognóstico de perda como possível. O valor total da causa pode não estar diretamente relacionado ao risco da Companhia, conforme explicação individual dos principais processos abaixo.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhista	-	-	6.647	5.365
Tributária	-	-	1.443	2.302
Ambiental	-	-	17.520	21.580
Cível	3.649	3.252	32.314	31.306
Administrativo	-	-	5.542	5.524
	<b>3.649</b>	<b>3.252</b>	<b>63.467</b>	<b>66.079</b>

Dentre essas causas possíveis, a Administração destaca abaixo os principais processos judiciais envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, que não foram registrados nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

No. Processo	Tipo	Autor	Natureza	Valor da Causa Atualizado (RS) <sup>1</sup>	Chances de perda
10283.721485/2012-45	Autuação administrativa	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus – AM/DRF/AM	Administrativa	1.661	Possível
0078416-72.2014.4.01.3800	Ação Civil Pública	Ministério Público Federal	Ambiental	17.520	Possível
0032202-20.2008.814.0301	Indenizatória	Odete Cunha Lobato Benchimol e Elias Isaac Benchimol	Cível	19.916	Possível
0101232-49.2024.5.01.0038	Reclamação Trabalhista	J.C.T.	Trabalhista	2.575	Possível
0032808-13.2023.8.06.0001	IDPJ	Caio Cezar Vieira da Rocha	Cível	3.650	Possível
0833053-19.2023.8.19.0004	Cobrança	Nenel Indústria e Comércio de Serralheria Serviços e Reparos Navais Ltda	Cível	1.627	Possível
0814810-96.2024.8.19.0002	Execução	Estaleiro Mauá	Cível	1.226	Possível
0000284-75.2004.8.14.0301	Execução Fiscal	Secretaria de Estado da Fazenda do Pará	Tributário	1.322	Possível
0935643-15.2025.8.19.0001	Ação de Cobrança	Flumar Transportes de Químicos e Gases Ltda.	Cível	3.355	Possível
001P2024000322	Autuação administrativa	Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental	Administrativa	2.068	Possível

<sup>1</sup> - Valores atualizados em 31 de março de 2026

Processo nº 10283.721485/2012-45: trata-se de auto de infração lavrado para exigência de débito de CSL, referente ao ano calendário de 2008, sob a alegação de que a adição da despesa de depreciação adicional, proveniente da parcela do ativo custeado pelo AFRMM, se aplicaria à apuração da base de cálculo da CSL. CNA interpôs recurso voluntário em 2019. Aguarda-se inclusão em pauta de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Processo nº 0078416-72.2014.4.01.3800: trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra a MOPI e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em 2014, objetivando sobrestar os efeitos da anuência expedida pela Autarquia Federal para fins de futura supressão de fragmentos florestais inseridos no Bioma Mata Atlântica, em decorrência do licenciamento ambiental do projeto de lavra e beneficiamento de minério de ferro a ser desenvolvido pela empresa no Município de Morro do Pilar, no Estado de Minas Gerais. O processo aguarda realização de perícia. Importante destacar que o valor da causa atualizado não necessariamente reflete eventual impacto financeiro em caso de perda, uma vez que o valor da causa foi fixado pelo MP para fins fiscais da distribuição.

Processo nº 0032202-20.2008.814.0301: trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, bem como lucros cessantes, ajuizada em 2008 por Odete Cunha e outro em face da CNA, em razão de suposta ocupação indevida de terreno, sobre o qual fora concedido licença de ocupação à CNA, por terceiro legítimo que ocupava o imóvel. Foi proferida sentença, por meio da qual foi julgada procedente a pretensão autoral. Posteriormente, foi dado provimento ao nosso recurso de apelação para julgar improcedente a pretensão autoral em relação à CNA. Em sede de embargos de declaração reestabeleceu-se os termos da sentença. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso especial. Eventual perda gerada a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Importante destacar que o valor da causa atualizado não necessariamente reflete o eventual impacto financeiro em caso de perda, o qual só será determinado em fase de liquidação, se for o caso.

Processo nº 0101232-49.2024.5.01.0038 (substituto do processo nº 1001213-46.2022.5.02.0301): trata-se de reclamação trabalhista de ex-funcionário da Bourbon Offshore Marítima S.A. (“BOM”), que incluiu a COF e a MLog no polo passivo. O reclamante interpôs recurso em face da decisão que reconheceu a exceção de incompetência territorial do Tribunal Regional do Trabalho do Guarujá - São Paulo, arguida pela Reclamada, e o processo aguarda julgamento. Em sessão de julgamento, realizada em 10.09.2024, foi negado provimento ao recurso do reclamante para manter a decisão de primeiro grau que determinou que a reclamação trabalhista deverá tramitar no Tribunal do Rio de Janeiro. A contestação da MLog e da COF foi apresentada em 11.04.2025. A pedido da 1ª Ré, BOM, foi realizada perícia médica, em 06.06.2025. A partir de 6 de fevereiro de 2026, a BOM passou a ser a única responsável pela contingência e eventuais custos futuros relativos a este processo, conforme prevê a cláusula 5.7 do Share Purchase Agreement pelo qual a BOM vendeu a MLog sua participação na Columbus Offshore.

Processo nº 0032808-13.2023.8.06.0001: trata-se de incidente de desconsideração inversa da personalidade jurídica em face de MLog e outras 5 (cinco) empresas com o objetivo de satisfazer a dívida originalmente executada contra acionista indireto. Aguarda-se julgado do agravo de instrumento do autor.

Processo nº 0833053-19.2023.8.19.0004: trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da Columbus Offshore, referente aos serviços de reparos prestados nas embarcações no ano 2023. Autora requereu substituição processual em função do falecimento do seu sócio. O Juízo requereu da Autora providências para o regular prosseguimento do feito (como recolhimento de custas complementares). Columbus Offshore ainda não foi citada.

Processo nº 0814810-96.2024.8.19.0002: trata-se de execução ajuizada em face da Columbus Offshore, referente aos serviços prestados de docagem e reparos. A COF apresentou embargos à execução (Proc. nº 0846456-27.2024.8.19.0002) em 06.12.2024. Em 29.09.2025 foi proferida decisão indeferindo o efeito suspensivo aos embargos à execução (“EE”). Autora impugnou os EE e a COF, por sua vez, apresentou réplica à impugnação.

Processo nº 0000284-75.2004.8.14.0301: trata-se de execução fiscal pelo Estado do Pará para cobrança de ICMS sobre o AFRMM não incluído na base de cálculo referente aos meses de out e dez/1993. Processo aguarda julgamento. Eventual perda gerada para a CNA será passível de reembolso por parte dos antigos controladores da CNA, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações da CNA firmado com o Grupo Libra. Em 04.11.2025, foi publicada sentença favorável a CNA nos autos dos embargos à execução nº 0022063-52.2005.8.14.0301. Foi interposto recurso de apelação pela Fazenda em 20.01.2026.

Processo nº 0935643-15.2025.8.19.0001: trata-se de ação de cobrança ajuizada em face da CNA, por meio da qual a autora alega que houve inadimplemento e descumprimento contratual nos contratos de afretamento. CNA apresentou contestação em 20.10.2025. Foi disponibilizada intimação, para a autora apresentar réplica, em 31.03.2026.

Processo nº 001P2024000322: trata-se de auto de infração lavrado em decorrência de alegado vazamento óleo diesel ocorrido em 16.11.2023. A CNA apresentou defesa em 10.05.2024 e foi proferida decisão julgando procedente a autuação. A CNA apresentou recurso administrativo em julho de 2024. Em 29/12/2025, foi protocolizada petição pela CNA, requerendo o cancelamento do auto de infração pelo transcurso de lapso temporal para julgamento do recurso.

## **18 Compromissos assumidos**

Em decorrência da Licença Prévia ao Projeto Morro do Pilar concedida pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM em 06 de novembro de 2014, deveriam ser satisfeitas uma série de condicionantes e outras obrigações legais até novembro de 2019, para a formalização do pedido de concessão da Licença de Instalação - LI. Estas condicionantes e estudos necessários para o Protocolo da LI foram concluídas em 2019 e a Companhia formalizou o pedido de LI junto aos órgãos governamentais.

Após o referido protocolo e antes da efetiva concessão da Licença de Instalação - LI, a Companhia incorrerá em gastos e investimentos adicionais como compra e/ou arrendamento de terras, compensações ambientais e outros, cujos valores finais dependerão de negociações entre a Companhia e terceiros.

Quanto à compensação de que trata o artigo 36 da Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC), o montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade está limitado a 0,5% (meio por cento) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento.

Dessa forma, o valor final a ser pago vincula-se ao total de investimentos na implantação da mina, a depender do arranjo de projeto pretendido pela empresa no tocante à produção bruta anual estimada. Definida a compensação, o valor deverá ser pago em até 4 parcelas mensais, sendo a primeira até 30 dias após a concessão da Licença de Implantação - LI, conforme Decreto Estadual nº 45.175/2009. Com base na documentação legal relacionada a este tema, a Companhia estima o valor desta compensação em aproximadamente R\$ 30.000 (não auditado).

Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Morro do Pilar, o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 47.500, com desembolsos já efetuados pela Companhia no montante de R\$ 15.923 até março de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$32 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI (licença de implantação).

Em 08 de agosto de 2019, a Companhia celebrou um Termo de Acordo com o Município de Santo Antônio do Rio Abaixo (SARA), o qual tem como objeto, a execução por ambas as partes, de obrigações fixadas no referido Termo, com o intuito de preparar o município para a implantação do empreendimento mineral da Companhia. O valor total envolvido é de R\$ 10.200, com desembolsos de R\$ 1.465 até março de 2025. A quitação do valor remanescente de R\$ 9 milhões ocorrerá em parcelas anuais durante os 5 anos de implantação do projeto, que se iniciará após a obtenção da LI (licença de implantação).

## 19 Provisões para contingências trabalhistas e operacionais

	Controladora		Consolidado		
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	
<b>Passivo circulante</b>					
Contingências trabalhistas	(ii)	15	9	382	9
Servidão de passagem	(i)	-	-	1.642	1.642
Provisão para reforma	(iv)	-	-	1.774	1.784
Contingências judiciais	(iii)	-	-	17.273	17.248
		<b>15</b>	<b>9</b>	<b>21.071</b>	<b>20.683</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Provisões operacionais	(vi)	2.797	2.798	6.883	6.884
Contingências trabalhistas	(v)	-	-	1.296	1.293
		<b>2.797</b>	<b>2.798</b>	<b>8.179</b>	<b>8.177</b>
		<b>2.812</b>	<b>2.807</b>	<b>29.250</b>	<b>28.860</b>

Os valores provisionados em 31 de março de 2026 referem-se a:

- (i) segunda parcela de acordos de servidão de passagem de mineroduto, no valor de R\$ 1.642 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro de 2024) registrado na controlada Dutovias, devido quando da regularização cartorial pelos proprietários dos imóveis servientes;
- (ii) provisões para contingências trabalhistas de R\$ 15 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025) registradas na Controladora).
- (iii) provisões judiciais na Columbus Offshore, conforme Nota Explicativa nº 1, no valor de R\$ 17.264 (R\$ 17.216 em 31 de dezembro de 2025) e na CNA de R\$ 15 (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2025);
- (iv) provisão para recuperação de R\$ 1.774 (R\$ 1.784 em 31 de dezembro de 2025), referente a pagamentos futuros para a reforma da embarcação da CNA;
- (v) R\$ 1.296 (R\$ 833 em 31 de dezembro de 2025) referente às ações cíveis e trabalhistas na controlada CNA, na Columbus Offshore R\$ 460 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) nos quais as chances de perda foram categorizadas como “prováveis”; e
- (vi) R\$ 2.797 (R\$ 2.798 em 31 de dezembro de 2025) na Controladora, R\$ 1.755 (R\$ 1.751 em 31 de dezembro de 2025) na controlada Morro do Pilar; R\$ 1.040 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2025) na controlada Columbus Offshore e na controlada NSN de R\$ 1.291 (R\$ 1.291 em 31/12/2025), referentes às provisões operacionais e contingências trabalhistas.

## 20 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025, o capital social subscrito da Companhia é representado por, respectivamente, 2.306.238 ações ordinárias no valor de R\$1.109.333, conforme abaixo detalhado:

Acionistas	31/03/2025 e em 31/12/2025	
	Ações Ordinárias	%
Maverick Holding S.A.	945.712	41,01
Fjords Limited	814.969	35,34
Fábrica Holding S.A.	154.072	6,68
Outros	391.485	16,97
	<b>2.306.238</b>	<b>100,00</b>

Nos termos da reforma do Estatuto Social, aprovada na AGE de 26 de agosto de 2015, o capital social da Companhia poderá ser aumentado por deliberação adotada pelo Conselho de Administração, independentemente de alteração do Estatuto Social, até que alcance 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração poderá estipular a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, integralização e emissão.

### Distribuição de lucros

Do lucro líquido apurado na demonstração do resultado do exercício, aplicam-se: (i) 5% (cinco por cento) na constituição de reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão alocados ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas; e (iii) até 75% poderão ser alocados a constituição de reserva de investimentos, para fins de financiamento da expansão das atividades da Companhia e de suas controladas, inclusive através de subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos comerciais, conforme aprovados pela Assembleia Geral, com base em propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, não podendo esta reserva exceder 100% (cem por cento) do capital social (ao atingir tal limite, a Assembleia Geral deliberará distribuir o saldo aos acionistas ou aumentar o capital social da Companhia).

### Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação no período findo em março:

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado atribuído aos detentores das ações	(14.699)	(7.520)
Ações em circulação (média ponderada)	2.306.238	2.306.238
Resultado por ação - básico e diluído - em reais (*)	<b>(6,37)</b>	<b>(3,26)</b>

(\*) A Companhia não tem instrumentos financeiros diluidores, bem como o lucro (prejuízo) do período não gera efeito diluidor.

## **Capital a integralizar**

Em 7 de junho de 2023, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária aprovando a declaração de caducidade das ações pendentes de integralização pelo acionista Maverick Holding S.A., passando estas ações à posse de tesouraria da Companhia. A Administração da Companhia envidaria esforços na alienação destas ações no prazo de um ano. Caso a alienação não ocorresse neste prazo, uma Assembleia Geral deveria deliberar sobre a redução do capital social em valor correspondente. Nesse caso, nos termos do artigo nº 107, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), a Maverick Holding S.A. perderia, inclusive, o valor já integralizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de junho de 2024, foi aprovada pelos acionistas a caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações que estavam em tesouraria equivalente a R\$ 166.860, reduzindo assim a quantidade de ações e o correspondente valor do capital, aumentando a participação proporcional de todos os acionistas.

Com a declaração da caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente foi dada como perdida, uma vez que a integralidade das ações subscritas desta foi declarada caduca, nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.), tendo sido este excedente de R\$ 38.809 reclassificado para conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

## **Custos na captação de recursos**

Os custos com advogados, consultores, publicidade, outros serviços e o imposto sobre essas operações (IOF) incorridos para fins de captação do capital social foram pagos pela Companhia e contabilizados como custos de captação de recursos no patrimônio líquido.

## **Resultados abrangentes**

O resultado abrangente do exercício é referente às variações patrimoniais ocorridas na Columbus Offshore em decorrência de redução do seu capital social em 2022 no valor de R\$ 5.662.

## **Transações de capital**

Conforme comentado acima, com a declaração de caducidade das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., a parcela do aumento de capital que havia sido integralizada parcialmente por este acionista foi dada como perdida, sendo o valor correspondente de R\$ 38.809 reclassificado para esta conta específica do patrimônio líquido, por se tratar de uma transação entre acionistas da Companhia, sem impacto no resultado do exercício.

## **Ações em tesouraria**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2023, os acionistas aprovaram a retomada, pela Companhia, de 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações subscritas e parcialmente integralizadas pela Maverick Holding S.A., através da declaração da caducidade dessas ações. Essas ações foram transferidas para a rubrica ações em tesouraria e a Companhia envidou esforços para realizar a sua venda no prazo de um ano. Como não houve sucesso na venda, estas ações foram declaradas caducas, sendo a caducidade o rompimento definitivo do vínculo entre o acionista e a Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2024, foi deliberado o cancelamento das 593.474 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias subscritas e parcialmente integralizadas, declaradas caducas no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 7 de junho de 2023, resultando na redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 166.860.

### Aquisição de participação de não controladores

Em 06 de fevereiro de 2026 a Companhia adquiriu a totalidade da participação remanescente de 50% na controlada Columbus Offshore passando a deter 100% do capital social da investida.

A aquisição foi realizada pelo montante de um real, o valor de R\$ 28.494 era atribuível à participação de não controladores.

Nos termos do CPC 36 (R3) (equivalente ao IFRS 10), transações com não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais, sem impacto no resultado do período.

Dessa forma, a Companhia registrou:

- a baixa integral da participação de não controladores no montante de R\$ 28.494;
- o reconhecimento do pagamento de um real; e
- o registro de um ajuste positivo no patrimônio líquido atribuível aos controladores no montante de R\$ 28.494, decorrente da diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação adquirida.

Após a transação, a Companhia passou a consolidar integralmente os resultados da controlada, não havendo saldo de participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

A movimentação está apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na rubrica “Transações com não controladores”.

## 21 Receita líquida, custos e despesas dos serviços prestados

As receitas e os correspondentes custos realizados pelas controladas Columbus Offshore e CNA, bem como e pela Companhia, são demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
<b>Receitas</b>				
Afretamento de embarcações	17.820	15.210	37.421	47.619
Transporte de cargas	-	-	15.854	23.940
<b>Receita Bruta</b>	<b>17.820</b>	<b>15.210</b>	<b>53.275</b>	<b>71.559</b>
<b>Deduções</b>				
PIS e COFINS	(1.648)	(1.407)	(5.882)	(7.225)
ICMS	-	-	(1.938)	(1.831)
Outros	-	-	-	(3.865)
<b>Receita líquida</b>	<b>16.172</b>	<b>13.803</b>	<b>45.455</b>	<b>58.638</b>
<b>Custo dos serviços prestados</b>				
Pessoal	-	-	(21.227)	(20.789)
Afretamento	-	-	-	(1.916)
Depreciação	(8.803)	(7.128)	(12.621)	(10.078)
Locações	-	-	(483)	(642)
Materiais	-	-	(14.977)	(9.232)
Seguros	-	-	(1.233)	(1.675)
Serviços	-	-	(1.917)	(2.620)
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(1.849)
Outros	-	-	(1.181)	(973)
	<b>(8.803)</b>	<b>(7.128)</b>	<b>(53.639)</b>	<b>(49.774)</b>
<b>Resultado bruto</b>	<b>7.369</b>	<b>6.675</b>	<b>(8.184)</b>	<b>8.864</b>

As demonstrações sobre natureza dos custos e despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Pessoal	(1.029)	(1.485)	(27.428)	(27.432)
Afretamento	-	-	-	(1.916)
Depreciação	(8.803)	(7.141)	(12.637)	(10.163)
Locações	(78)	-	(237)	(642)
Materiais	-	-	(14.977)	(9.232)
Seguros	-	-	(1.233)	(1.675)
Serviços	(516)	(511)	(2.885)	(3.588)
Remissão de dívida	110	101	110	101
Amortização de arrendamentos	-	-	-	(1.849)
Multa baixa contratual	-	-	-	-
Outros	(336)	333	1.651	(2.905)
	<b>(10.652)</b>	<b>(8.703)</b>	<b>(57.636)</b>	<b>(59.301)</b>
Custos dos serviços prestados	(8.803)	(7.128)	(53.639)	(49.774)
Despesas operacionais	(1.953)	(2.354)	(9.341)	(9.788)
Outras receitas operacionais	104	779	5.344	261
	<b>(10.652)</b>	<b>(8.703)</b>	<b>(57.636)</b>	<b>(59.301)</b>

## 22 Despesas com pessoal

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Remuneração e encargos	(752)	(1.068)	(4.121)	(4.439)
Encargos previdenciários	(85)	(204)	(803)	(1.049)
Benefícios	(192)	(213)	(1.224)	(1.152)
Outros	-	-	(51)	(3)
	<b>(1.029)</b>	<b>(1.485)</b>	<b>(6.199)</b>	<b>(6.643)</b>

## 23 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<b>Controladora</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Reversão (constituição) de provisões	(6)	679	(418)	(770)
Acordo judicial	-	-	-	101
Remissão de dívidas	110	101	110	-
Baixa de investimento e imobilizado	-	-	(1.305)	-
Tributos a recuperar	-	-	677	993
Ressarcimentos de seguros	-	-	5.619	-
Outros	-	(1)	661	(64)
	<b>104</b>	<b>779</b>	<b>5.344</b>	<b>260</b>

Em 31 de março de 2026, a Columbus Offshore, controlada da Mlog, recebeu o reembolso por lucros cessantes da embarcação Geonísio Barroso. A seguradora Fairfax pagou R\$ 5.478 referente a 50 dias de receita. Ainda existem a previsão de mais 10 dias a serem pagos após a finalização do sinistro.

## 24 Receitas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	307	3
Atualização de impostos a recuperar	2	2	101	502
Juros sobre empréstimo	460	290	193	2.282
Variação cambial	-	2.542	100	3.458
	<b>462</b>	<b>2.834</b>	<b>701</b>	<b>6.245</b>

## 25 Despesas financeiras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/03/2025</b>
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(6.869)	(7.869)	(7.762)	(10.343)
Juros na aquisição de investimento	(501)	(1.290)	(501)	(1.290)
Variação cambial	-	(1.998)	302	(2.170)
Juros AVP Arrendamentos	-	-	-	(138)
Encargos bancários	(68)	(66)	(401)	(1.068)
Multas e juros	(2.170)	(1.014)	(6.365)	(4.637)
Outros	-	-	(66)	(23)
	<b>(9.608)</b>	<b>(12.237)</b>	<b>(14.793)</b>	<b>(19.669)</b>

## 26 Informações por segmento de negócios

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento, equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A MLog utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e produtos e são administradas separadamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis.

- **Mineração**

Abrange as atividades pré-operacionais de mineração de minério de ferro em Minas Gerais, consolidando todas as operações relacionadas aos estudos e pesquisas dos trabalhos necessários para protocolo da Licença de Instalação (“LI”) e implantação do Projeto Morro do Pilar (“Projeto MOPI”).

As subsidiárias Dutovias do Brasil S.A. e Companhia de Desenvolvimento do Norte Capixaba (CDNC) possuem escopo relacionado ao segmento de logística, ligado à mineração, estando ambas em estágio pré-operacional.

- **Navegação**

O segmento de navegação consolida as operações da Companhia (afretamento a casco nu dos navios AHTS, que a Companhia é proprietária) e de suas controladas Columbus Offshore (apoio *offshore* na região sudeste), a qual a Companhia detém 100% (cinquenta por cento) do capital, e CNA (navegação interna na região norte), a qual a Companhia detém 100% (cem por cento) do capital.

A Columbus Offshore opera no setor de apoio marítimo desde março de 2016, inicialmente prestando serviço com a embarcação OSRV Asgaard Sophia à Petrobras e atualmente com uma frota de 4 (quatro) navios operando com a Petrobras, sendo a OSRV Asgaard Sophia e os navios do tipo AHTS Geoniso Barroso, Haroldo Ramos e Yvan Barretto.

Todas as embarcações operadas pela Columbus Offshore são de propriedade de empresas do grupo, sendo as três embarcações do tipo AHTS ativos de propriedade da MLog e a embarcação do tipo OSRV de propriedade da CNA desde 21 de março de 2017.

A CNA transporta óleo e derivados na região Norte do Brasil, operando seus ativos em níveis próximos ao limite dadas as condições regionais atuais, tanto climáticas quanto de infraestrutura de armazenagem. A CNA detém uma frota de balsas e empurradores.

A unidade de negócios da navegação é também representada por meio da SCP, na qual a MLog é sócia ostensiva e a NSN é sócia participante, apresentada nas demonstrações contábeis da NSN como um investimento e com abertura da consolidação contábil considerando eliminações previstas.

**Demonstração do resultado - Segmentos**

**em 31 de março de 2026**

**Em milhares de reais**

	<b>Mineração</b>	<b>Navegação</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida de prestação de serviços	-	45.455	45.455
Custos dos serviços prestados	-	(53.639)	(53.639)
<b>Resultado bruto</b>	<b>-</b>	<b>- 8.184</b>	<b>(8.184)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal	(1.222)	(4.977)	(6.199)
Serviços prestados	(525)	(443)	(968)
Gerais e administrativas	(331)	(1.014)	(1.345)
Depreciação e amortização	(14)	(1)	(15)
Tributárias	(93)	(721)	(814)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Subvenção de AFRMM	-	4.924	4.924
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(3.152)	8.496	5.344
	<b>(5.337)</b>	<b>6.264</b>	<b>927</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(5.337)</b>	<b>(1.920)</b>	<b>(7.257)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	222	479	701
Despesas financeiras	(2.743)	(12.050)	(14.793)
	<b>(2.521)</b>	<b>(11.571)</b>	<b>(14.092)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(7.858)</b>	<b>(13.491)</b>	<b>(21.349)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	-	(953)	(953)
Diferidos	-	(19)	(19)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(7.858)</b>	<b>(14.463)</b>	<b>(22.321)</b>

**Demonstração do resultado - Segmentos**  
**em 31 de março de 2025**  
**Em milhares de reais**

	<u>Mineração</u>	<u>Navegação</u>	<u>Consolidado</u>
Receita líquida de prestação de serviços	-	58.638	58.638
Custos dos serviços prestados	-	(49.774)	(49.774)
<b>Resultado bruto</b>	<b>-</b>	<b>8.864</b>	<b>8.864</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com pessoal	(1.660)	(4.983)	(27.404)
Serviços prestados	(520)	(448)	(9.565)
Gerais e administrativas	(373)	(1.367)	(7.550)
Depreciação e amortização	(57)	(28)	(333)
Tributárias	(20)	(332)	(1.647)
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>			
Subvenção de AFRMM	-	5.141	24.234
Outras receitas operacionais	(662)	923	2.192
	<b>(3.292)</b>	<b>(1.094)</b>	<b>(20.073)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(3.292)</b>	<b>7.770</b>	<b>(11.209)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	293	5.952	6.245
Despesas financeiras	(8.776)	(10.893)	(19.669)
	<b>(8.483)</b>	<b>(4.941)</b>	<b>(13.424)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(11.775)</b>	<b>2.829</b>	<b>(24.633)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	-	(416)	(416)
Diferidos	-	(51)	(51)
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(11.775)</b>	<b>2.362</b>	<b>(25.100)</b>

**Ativos e passivos**  
**Informações por segmento em 31 de março de 2026**  
**Em milhares de reais**

	<b>Corporativo</b>	<b>Mineração</b>	<b>Navegação</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativos</b>				
AFRMM	-	-	37.552	37.552
Direitos na transação negocial	-	-	5	5
Partes relacionadas	3.320	-	-	3.320
Imobilizado	-	9.083	246.235	255.318
Intangível	-	783.465	65.768	849.233
Outros	3.079	853	116.771	120.703
	<b>6.399</b>	<b>793.401</b>	<b>466.331</b>	<b>1.266.131</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	471	187	40.813	41.471
Empréstimos e Financiamentos	-	-	221.525	221.525
Partes relacionadas	-	-	-	-
Provisões	-	6.209	21.750	27.959
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	45.961	45.961
AFRMM	-	-	209.886	209.886
Outros	30.138	9.092	105.148	144.378
	<b>30.609</b>	<b>15.488</b>	<b>645.083</b>	<b>691.180</b>

**Ativos e passivos**  
**Informações por segmento em 31 de dezembro de 2025**  
**Em milhares de reais**

	<b>Corporativo</b>	<b>Mineração</b>	<b>Navegação</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Ativos</b>				
AFRMM	-	-	36.418	36.418
Direitos na transação negocial	-	-	97	97
Partes relacionadas	3.125	-	-	3.125
Imobilizado	-	30.263	252.685	282.948
Intangível	3	782.801	65.768	848.572
Outros ativos	3.143	85	106.425	109.653
	<b>6.271</b>	<b>813.149</b>	<b>461.393</b>	<b>1.280.813</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	672	95	38.167	38.934
Empréstimos e financiamentos	-	-	223.748	223.748
Partes relacionadas	-	-	250	250
Provisões para contingências e operacionais	-	7.495	21.365	28.860
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	45.844	45.844
AFRMM	-	-	207.997	207.997
Outros passivos	27.702	8.747	101.459	137.908
	<b>28.374</b>	<b>16.337</b>	<b>638.830</b>	<b>683.541</b>

## Instrumentos financeiros

### Classificação por categoria

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto for possível. Os valores justos, quando aplicáveis, são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preço cotado (não ajustado) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 estão relacionados abaixo (consolidado):

Ativos e passivos financeiros	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Categoria	Valor contábil	Categoria
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	22.324	Custo amortizado	26.875	Custo amortizado
Aplicação vinculada	3.771	Custo amortizado	-	Custo amortizado
Depósitos de AFRMM em conta vinculada	13.830	Custo amortizado	16.021	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	24.326	Custo amortizado	23.399	Custo amortizado
Partes relacionadas	3.320	Custo amortizado	3.125	Custo amortizado
Direitos na transação negocial	5	Custo amortizado	97	Custo amortizado
Outros créditos	1.784	Custo amortizado	2.935	Custo amortizado
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	41.471	Custo amortizado	38.934	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	221.525	Custo amortizado	223.748	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	Custo amortizado	250	Custo amortizado
Acordos judiciais a pagar	6.096	Custo amortizado	6.933	Custo amortizado
Outras contas a pagar	18.376	Custo amortizado	17.068	Custo amortizado
Obrigações na aquisição de investimentos	45.961	Custo amortizado	45.844	Custo amortizado

## Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro 2025 podem ser assim sumariados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/03/2026</b>	<b>31/12/2025</b>
Caixa e equivalente de caixa	(14)	(2.503)	(22.324)	(26.875)
<b>Ativo</b>	<b>(14)</b>	<b>(2.503)</b>	<b>(22.324)</b>	<b>(26.875)</b>
Empréstimos e financiamentos	137.842	146.927	221.525	223.748
Partes relacionadas	288.866	289.765	-	250
Obrigações na aquisição de investimentos	45.961	45.844	45.961	45.844
<b>Passivo</b>	<b>472.669</b>	<b>482.536</b>	<b>267.486</b>	<b>269.842</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>472.655</b>	<b>480.033</b>	<b>245.162</b>	<b>242.967</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>603.445</b>	<b>618.144</b>	<b>574.951</b>	<b>597.272</b>
<b>Capital total</b>	<b>1.076.100</b>	<b>1.098.177</b>	<b>820.113</b>	<b>840.239</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>78,33</b>	<b>77,66</b>	<b>42,64</b>	<b>40,68</b>

## Risco de Mercado e Gestão de riscos

Riscos de mercado são potenciais alterações em variáveis de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, bem como riscos de crédito e liquidez. Oscilações no mercado irão afetar os resultados, liquidez e valor dos instrumentos financeiros da Companhia.

A Administração procura gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno aos seus acionistas. As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa.

As práticas estabelecem critérios de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais e de taxas de juros.

Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia são sumarizados abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os instrumentos financeiros que estão sujeitos a riscos de crédito referem-se, substancialmente, às suas disponibilidades registradas em caixa e equivalentes de caixa (com instituições financeiras), contas a receber (clientes comerciais) e recebíveis de partes relacionadas.

- **Contas a receber**

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, adotando como prática somente negociar com clientes que possuam capacidade de crédito entendidas como suficientes.

O principal cliente do Grupo, que, em 31 de março de 2026 representava 78% (setenta e oito por cento) dos recebíveis e 32% (noventa e três por cento) da receita líquida de vendas (78% e 92% em 31 de dezembro de 2025, respectivamente), vêm operando com a Companhia por longa data, e nenhum de seus recebíveis foi baixado ou apresentou histórico de inadimplência.

Adicionalmente, não há histórico de securitização dos nossos créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4.1, o saldo em 31 de março de 2026 de caixa e equivalentes de caixa, refere-se, em sua maioria, a recursos disponíveis mantidos em caixa ou crédito contra instituições financeiras que possuem *rating* em escala nacional entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Sendo assim, não há indicativos de *impairment* baseados nessa exposição de risco.

Todas as operações são realizadas com instituições de reconhecida liquidez e em linha com as práticas de tesouraria e administração de caixa da Companhia.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas às suas obrigações financeiras.

Em 31 de março de 2026, não existiam empréstimos e financiamentos atrelados à taxa de juros pré-fixadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16. A Companhia atualmente não realiza operações de *hedge*, incluindo *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Adicionalmente, existe o risco da queda de juros atrelada ao CDI impactar também negativamente a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (Nota Explicativa nº 4.1) gerando, assim, uma redução do nível de receita sobre aplicações financeiras.

- **Risco cambial**

Esse risco é oriundo da possibilidade de se incorrer em perdas financeiras por conta de flutuações negativas nas taxas de câmbio que aumentem os valores a pagar em decorrência de empréstimos atrelados a moedas estrangeiras. Atualmente não há empréstimos e financiamentos em outra moeda.

- **Risco de liquidez**

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar seus passivos (principalmente dívidas). A Companhia e suas controladas procuram alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e, assim, gerar a necessidade de maior alavancagem financeira. Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, onde a Administração divulga sobre a situação de capital circulante negativo, seus impactos potenciais nas operações e na gestão de tesouraria, bem como as medidas sendo tomadas para a sua melhoria.

O quadro abaixo detalha o prazo de vencimento dos principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas na data dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Mais de três anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	107.151	109.124	5.250	<b>221.525</b>
Fornecedores	41.370	101	-	<b>41.471</b>
Obrigações na aquisição de investimentos	13.480	32.481	-	<b>45.961</b>
Outras contas a pagar	10.776	7.600		<b>18.376</b>
Acordos judiciais a pagar	2.807	3.289	-	<b>6.096</b>
	<b>175.584</b>	<b>152.595</b>	<b>5.250</b>	<b>333.429</b>

Segue para fins comparativos a movimentação em 31 de dezembro de 2025:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até um ano</b>	<b>De um a três anos</b>	<b>Mais de três anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	92.267	107.037	24.444	<b>223.748</b>
Fornecedores	38.549	909	-	<b>39.458</b>
Partes relacionadas	-	250	-	<b>250</b>
Obrigações na aquisição de investimentos	12.473	6.015	27.356	<b>45.844</b>
Outras contas a pagar	9.260	7.808	-	<b>17.068</b>
Acordos judiciais a pagar	2.808	4.125	-	<b>6.933</b>
	<b>155.357</b>	<b>126.144</b>	<b>51.800</b>	<b>333.301</b>

#### **Análise de sensibilidade - Taxa de juros:**

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo consolidado com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de março de 2026. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia.

As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 04 de maio de 2026:

		<b>Consolidado</b>			
				+25%	+50%
		31/03/2026	Projeção do efeito no PL em 31/12/2026	Cenário I	Cenário II
<b>Ativo</b>					
Aplicações Financeiras -					
Equivalentes de caixa	CDI	1.189	116	145	173
Aplicação vinculada	CDI	3.771	369	460	550
Partes relacionadas	CDI	3.320	325	405	484
<b>Total</b>		<b>8.280</b>	<b>810</b>	<b>1.009</b>	<b>1.207</b>
<b>Passivo</b>					
Obrigação na aquisição de investimento	CDI	(45.961)	(4.498)	(5.603)	(6.700)
Empréstimos e Financiamentos	CDI	(221.525)	(21.678)	(27.003)	(32.293)
<b>Total</b>		<b>(267.486)</b>	<b>(26.176)</b>	<b>(32.606)</b>	<b>(38.994)</b>
<b>Exposição líquida</b>		<b>(259.206)</b>	<b>(25.365)</b>	<b>(31.596)</b>	<b>(37.787)</b>
<b>Indexador</b>	CDI	14,65%	13,00%	16,25%	19,50%

## 27 Transações que não afetam caixa

As transações abaixo não tiveram impacto no caixa da Companhia e/ou suas controladas:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
<b>Atividades operacionais</b>				
Fornecedores	-	-	60	-
Outras contas a pagar	-	-	2.044	-
	-	-	<b>2.104</b>	-
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisição intangível a prazo	-	-	2.199	-
	-	-	<b>2.199</b>	-
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Partes relacionadas	(10.000)	-	-	-
	<b>(10.000)</b>	-	-	-
<b>Total de transações não envolvendo caixa</b>	<b>(10.000)</b>	-	<b>4.303</b>	-

As transações que não envolvem caixa são de partes relacionadas entre o Grupo para gestão de caixa.

## 28 Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem diversas apólices de seguro com objetivo de proteger sua operação e seus ativos. Nas atividades de navegação, a Companhia e suas subsidiárias Columbus Offshore e CNA contratam seguros de suas embarcações (seguros de casco), além de coberturas de proteção e indenização (P&I). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão de auditoria e, conseqüentemente, não foram auditadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas existentes em 31 de março de 2026 são:

**Seguro de casco**

- CNA: Cobertura total de R\$ 131 milhões;
- Columbus Offshore: Cobertura total de US\$ 20,8 milhões; e
- MLog: Cobertura total de US\$ 30,01 milhões.

**Riscos nomeados (infraestrutura e histórico geológico)**

- MOPI: Cobertura total de R\$ 236 milhões.

**Seguro de Proteção e Indenização (P&I)**

- CNA: Cobertura limitada a US\$ 8,2 bilhões por evento e ocorrência; e
- Columbus Offshore: Limite Máximo de Indenização. Limite do Grupo Internacional de P&I - US\$ 8,2 bilhões.

O seguro da Columbus Offshore foi renovado em 4 de julho de 2025, com vigência até 4 de julho de 2026, e o seguro da CNA foi renovado em 20 de fevereiro de 2026 com vigência até 20 de fevereiro de 2027. O seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) foi renovado em 4 de julho de 2025 com vigência até 4 de julho de 2026, da Controladora e suas subsidiárias, no valor segurado de até R\$ 50.000.

## 29 Eventos subsequentes

Inoperância temporária de embarcações

Em 21 de dezembro de 2025, a embarcação Geonísio Barroso, em contrato com a Petrobras, apresentou intercorrência mecânica que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para meados de junho de 2026, representando uma renúncia de receita prevista de aproximadamente R\$ 27.000, com reembolso do seguro de lucros cessantes no valor de R\$ 6.578.

Em 30 de janeiro 2026, a embarcação Yvan Barreto, em contrato com a Petrobras, apresentou problema mecânico quando em testes preparatórios para o *overhaul* dos motores que demandou reparo com substituição de peças importadas, estando a embarcação inoperante desde então. O retorno da embarcação para operação está planejado para meados de junho de 2026, representando uma renúncia de receita prevista de aproximadamente R\$ 20.200, dos quais estima-se o reembolso do seguro de lucros cessantes o valor de R\$ 3.200.

Ademais espera-se que o seguro de casco e máquinas faça o ressarcimento de parte significativa dos investimentos em peças e serviços necessários para retorno das embarcações às suas atividades, investimentos estes quantificados por ora em aproximadamente R\$25.000.

Para maio está previsto parte do reembolso da embarcação Yvan Barreto. A seguradora Fairfax irá realizar o pagamento equivalente a 30 dias de lucros cessantes e um adiantamento dos custos já comprovados com a manutenção da embarcação. O valor será, aproximadamente, R\$ 6.500.

Em decorrência dos eventos acima listados, e como medida de preservação de caixa, a Companhia solicitou a credores financeiros a suspensão temporária do pagamento de dívidas e iniciou a negociação a adequação dos passivos à nova realidade de caixa.

Captação de empréstimos e financiamentos

Em 29 de abril de 2026, a CNA contraiu um empréstimo de curto prazo no valor de R\$ 2.036 junto a instituição bancária Quatá. Esta captação de recursos tem como propósito aumentar a disponibilidade de caixa, e a garantia utilizada foi o contrato com a Petrobrás da embarcação Geonísio Barroso. Não existem obrigações de acompanhamento financeiras ou não financeiras. O crédito tem a duração de dois meses.

\*\*\*\*\*

**Antonio Frias Oliva Neto**  
Diretor Presidente, Administrativo-  
Financeiro e de Relação com Investidores

**Camila Pinto Barbosa de Oliveira**  
Diretora Jurídica e Compliance

**Bruno Júnior Dornelas da Rocha Gomes**  
Contador - CRC MG 106.836/O-8 S RJ